



SARDOAL
MUNICÍPIO



Relatório de Gestão

Ano 2025

Índice

Nota Introdutória	4
Nota Prévia	4
Enquadramento	5
Principais resultados.....	6
Capítulo I - Caracterização dos Recursos Humanos	7
Introdução.....	7
Trabalhadores por cargo/carreira.....	7
Trabalhadores por Género.....	7
Trabalhadores por relação Jurídica de Emprego.....	8
Trabalhadores por Estrutura das Idades	8
Trabalhadores por estrutura habilitacional	9
Motivos de ausência por cargo / carreira	9
Horas de Formação por cargo / carreira	9
Conclusões.....	10
Capítulo II – Reporting financeiro	10
1. Análise orçamental.....	11
1.1 Receita.....	13
1.1.1 Receita própria.....	15
1.1.2 Transferências obtidas	17
1.1.3 Passivos Financeiros.....	20
1.2 Despesa	21
1.2.1 Despesa por natureza económica – corrente e capital	22
1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital	24
1.2.3 Despesa com aquisição de bens e serviços	28
1.3 Resultado orçamental.....	30
1.4. Principais indicadores orçamentais	30
2. Análise económico-financeira	32
2.1. Balanço	32
2.2. Demonstração de resultados.....	37
2.3. Indicadores económico-financeiros	45
2.4. Equilíbrio orçamental	46
2.5. Endividamento Municipal	47

2.6. Dívida Global	48
2.6.1 Prazo médio de pagamentos.....	49
3.Contabilidade de Gestão.....	50
3.1. Análise de custos por bem ou serviço	51
4.Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso	52
5. Proposta de Aplicação de Resultados.....	53
6. Acontecimentos após data do relato	53
Capítulo III – Reporting de atividades.....	54
1.1 Das Funções Gerais da Administração Autárquica	56
1.2 Das Funções Sociais.....	57
1.3 Das Funções Económicas	63
1.4 Das Outras Funções.....	65
2. Grandes Opções do Plano.....	65

Nota Introdutória

Nota Prévia

Em cumprimento com o disposto no Regime Jurídico das Autarquias Locais (Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), compete ao Órgão Executivo elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas nos termos do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e da nova Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), aprovada pela Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro.

Além dos diplomas já referenciados anteriormente, o documento agora apresentado foi elaborado à luz do preconizado por diversos diplomas legais, de entre os quais se destacam, todos na sua redação atual:

- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho – Notas de enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional;
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso;
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime jurídico das autarquias locais;
- Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro - Lei de enquadramento orçamental;
- Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto – Regime jurídico da recuperação financeira municipal;
- Lei n.º 82/2024 – Orçamento do Estado para 2025;
- Decreto-Lei n.º 17/2025 – Estabelece as normas de execução do Orçamento do Estado para 2025.

De referir ainda que os documentos de prestação de contas, referente ao ano de 2025, estão de acordo com os princípios Contabilísticos previstos no referencial anteriormente referido, sendo as contas anuais certificadas pela sociedade **ROSA LOPES, GONÇALVES MENDES & ASSOCIADOS, SROC, LDA.**

Enquadramento

Conforme decorre do estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, **é competência dos Órgãos do Município a aprovação e apreciação dos documentos de prestação de contas.**

Nessa sequência, dando cumprimento ao preceituado na referida Lei, apresenta-se a Prestação de Contas referente ao **exercício de 2025.**

Considerando que o referencial aplicável, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, define os procedimentos para a prestação de contas públicas com o intuito de traduzir, de forma clara e consistente, as atividades desenvolvidas em 2025 pelo Município, bem como a sua situação patrimonial e financeira, pretende-se que todos os interessados na atividade e gestão municipal disponham dos elementos necessários para avaliar o que foi realizado, os meios disponíveis e a eficácia e eficiência da sua utilização (informação financeira e não financeira), nomeadamente:

- Proporcionar informação útil aos utilizadores das demonstrações financeiras;
- Assegurar a responsabilização pela prestação de contas;
- Apoiar a tomada de decisões.

De referir ainda que o relatório de gestão integra os documentos de prestação de contas, tendo sido elaborado com base na estrutura conceptual plasmada na NCP 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras.

Deve ser lido em complementaridade com as notas às demonstrações financeiras constantes no documento da Prestação de Contas de 2025.

Assim, e com o intuito de responder às necessidades que a comunidade sardoalense tem vindo a evidenciar, o ano de 2025 caracterizou-se pela continuidade da atividade municipal, num contexto de progressiva estabilização.

Contudo, o ano de 2025 continuou a ser marcado por algumas incertezas ao nível macroeconómico, nomeadamente:

- A persistência de tensões geopolíticas internacionais, com reflexos nos preços dos bens energéticos e alimentares;
- A evolução das taxas de inflação e das políticas monetárias, ainda com impacto no custo do financiamento;
- A manutenção de focos de instabilidade internacional, com efeitos indiretos na economia global;

- O ritmo de execução e operacionalização dos instrumentos de financiamento, designadamente o Quadro Comunitário 2030, o Plano de Recuperação e Resiliência e outros programas de apoio ao desenvolvimento regional.

Assim, tais fatores tiveram, no ano de 2025, impacto relevante quer do lado da despesa, quer do lado da receita, com reflexos nos resultados do exercício.

À semelhança do ano anterior, o presente relatório encontra-se estruturado em três grandes capítulos: recursos humanos, reporting financeiro e reporting de atividades, relatando não só a execução do orçamento de 2025, como também a situação económico-financeira do Município, sendo as respetivas demonstrações financeiras apresentadas em anexo.

Principais resultados

Destacam-se os seguintes resultados:

- Taxa de execução da receita – **91%**;
- Taxa de execução da despesa – **84%**;
- Resultado Líquido do período **negativo** - **€ 547 096,77**;
- **Aumento** da Dívida Não Corrente - **€ 518 814,69**;
- **Diminuição** da Dívida Corrente - **€ 333 046,26**;
- Pagamentos em atraso a mais de 90 dias – **0 €**;
- Prazo médio de Pagamentos – **44 dias**;

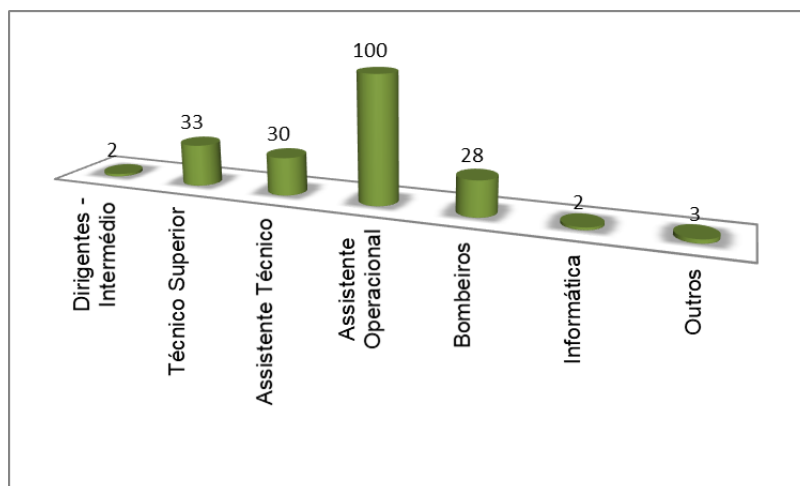
Capítulo I - Caracterização dos Recursos Humanos

Introdução

A caracterização dos Recursos Humanos, enquanto Balanço Social, constitui um instrumento de planeamento e gestão dos recursos humanos e uma ferramenta fundamental para o conhecimento sobre a situação social do Município.

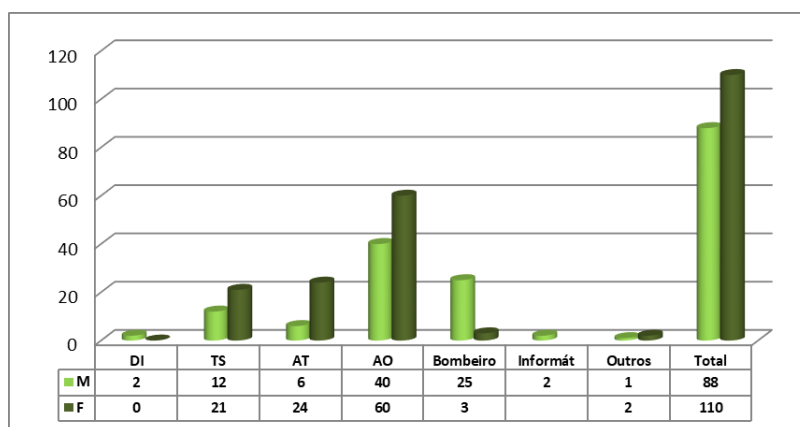
No seguimento de anos anteriores, e no atual contexto, de racionalização dos serviços, procuramos dar a conhecer um conjunto de indicadores da situação do Município, nesta área, proporcionando um conhecimento efetivo e global do universo dos trabalhadores do mesmo.

Trabalhadores por cargo/carreira



Contagem dos trabalhadores por cargo/carreira

Trabalhadores por Género

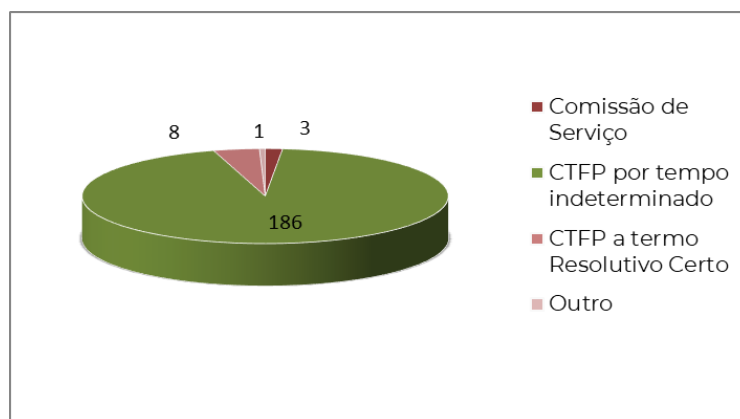


Contagem dos trabalhadores segundo género, por cargo/carreira

Trabalhadores por relação Jurídica de Emprego

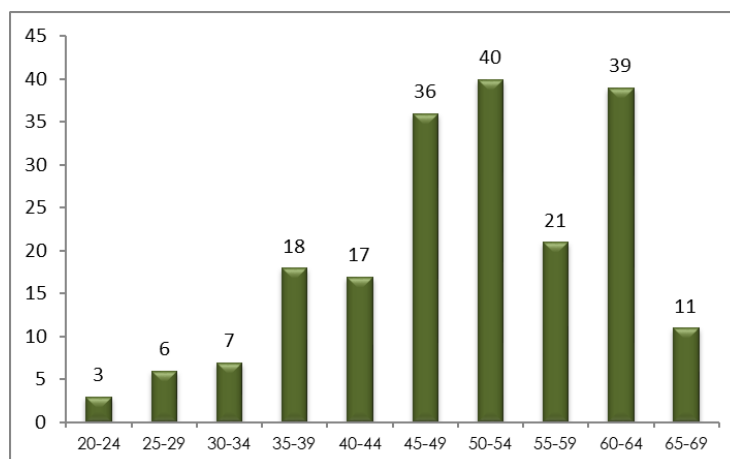
Trabalhadores segundo a relação jurídica, por cargo/carreira

Vínculo	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Informát	Outros	Total
Comissão de Serviço	2				1			3
CTFP por tempo indeterminado		31	30	94	27	2	2	186
CTFP a termo Resolutivo Certo		2		6				8
Outro							1	1
Totais	2	33	30	100	28	2	3	198



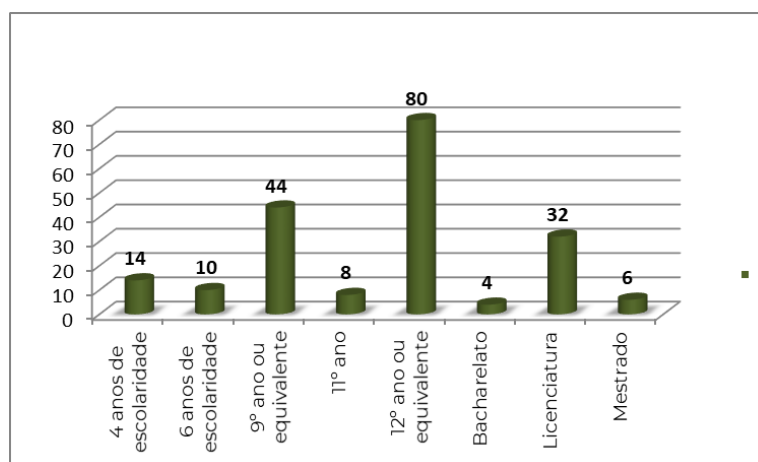
Contagem dos trabalhadores segundo relação jurídica de emprego

Trabalhadores por Estrutura das Idades



Contagem dos trabalhadores segundo escalões de idades

Trabalhadores por estrutura habilitacional

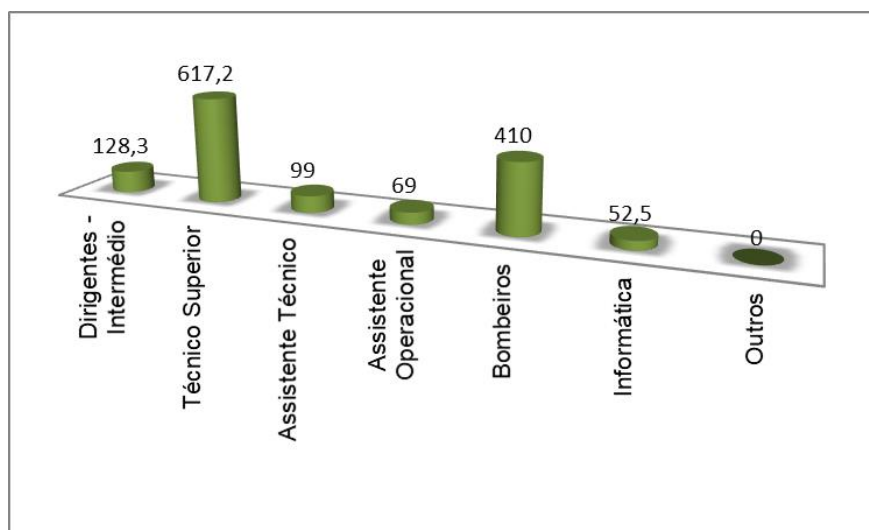


Trabalhadores segundo as habilitações

Motivos de ausência por cargo / carreira

Tipo de ausência	DI	TS	AT	AO	Bombeiro	Inform.	Outros	Total
Doença	0,0	394,0	1 222,0	2 779,0	587,0	0,0	0,0	4 982,0
Greve	2,0	22,0	14,0	148,0	1,0	0,0	0,0	187,0
Proteção na parentalidade	0,0	117,0	5,0	0,0	30,0	0,0	0,0	152,0
Assistência a familiares	0,0	24,0	23,0	85,0	0,0	0,0	0,0	132,0
Por conta do período de férias	1,0	29,0	27,5	36,0	2,5	0,5	11,5	108,0
Falecimento de familiar	0,0	5,0	19,5	60,0	12,0	0,0	1,0	97,5
Por acidente em serviço ou doença profissional	0,0	1,0	0,0	94,0	0,0	0,0	0,0	95,0
Trabalhador Estudante	0,0	0,0	0,0	0,0	27,0	0,0	0,0	27,0
Com perda de vencimento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Injustificadas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Totais	3,0	592,0	1 311,0	3 202,0	659,5	0,5	12,5	5 780,5

Horas de Formação por cargo / carreira



Conclusões

- No final do ano o número de trabalhadores era de 198, sendo 88 homens e 110 mulheres, registando um aumento de quatro trabalhadores face ao ano de 2024;
- Durante o ano de 2025 entraram nove trabalhadores, quatro Técnicos Superiores, quatro Assistentes Operacionais e um Bombeiro Sapador;
- Em sentido inverso, saíram cinco trabalhadores, sendo um Assistente Técnico, três Assistentes Operacionais e um Outro;
- A carreira/ cargo que predomina é a de Assistente Operacional (100 trabalhadores), registando um aumento de um trabalhador face ao ano anterior;
- Em relação ao regime jurídico de emprego, 94% tem CTFP por tempo indeterminado, totalizando 186 trabalhadores, mais três que em 2024;
- Ao nível dos escalões de idades, 40 trabalhadores têm idades entre os 50 e 54 anos, verifica-se ainda que 50 trabalhadores têm mais de 60 anos;
- Em relação à escolaridade, 80 trabalhadores possuem o 12º ano de escolaridade ou equivalente. De referir que 42 trabalhadores tem curso superior;
- 86% das ausências são motivadas por doença.

Capítulo II – Reporting financeiro

Considerando que o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e que se encontra em vigor desde 1 de janeiro de 2020, a prestação de contas relativa ao exercício de 2025 foi elaborada ao abrigo deste normativo contabilístico, tendo-se procurado, de forma contínua, melhorar a qualidade e relevância da informação prestada.

De acordo com o preâmbulo do diploma que o aprovou, o SNC-AP permite a implementação do regime do acréscimo na contabilidade e nos relatórios financeiros das administrações públicas, articulando-o com a base de caixa modificada. Simultaneamente, promove a harmonização contabilística ao institucionalizar o Estado como uma entidade que relata, através da elaboração de demonstrações orçamentais e financeiras, quer numa ótica individual, quer consolidada, suportadas por um sistema de informação contabilístico que disponibiliza os relatórios necessários às administrações públicas.

O SNC-AP assenta numa estrutura conceptual da informação financeira pública, em normas de contabilidade pública convergentes com as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS), e em modelos de demonstrações financeiras harmonizados,

sendo constituído pelos subsistemas de **contabilidade orçamental, contabilidade financeira e contabilidade de gestão**.

Conforme previsto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 192/2015, o SNC-AP permite o cumprimento de objetivos de gestão, análise, controlo e informação, designadamente:

- Evidenciar a execução orçamental e o respetivo desempenho face aos objetivos da política orçamental;
- Contribuir para uma imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e das respetivas alterações, do desempenho financeiro e dos fluxos de caixa da entidade;
- Proporcionar informação para o cálculo dos gastos dos serviços públicos;
- Facultar informação para a elaboração de contas, demonstrações e outros documentos a remeter à Assembleia da República, ao Tribunal de Contas e a outras entidades de controlo e supervisão;
- Apoiar a preparação das contas de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais;
- Permitir o controlo financeiro, de legalidade, de economia, eficiência e eficácia dos gastos públicos;
- Disponibilizar informação útil para a tomada de decisão dos órgãos de gestão.

Os valores apresentados encontram-se expressos na unidade monetária Euro.

1. Análise orçamental

A receita total cobrada atingiu 12,497 milhões de euros dos 13,745 milhões de euros de receita corrigida, apresentando uma execução, no fim do ano de 2025, de 91%, pelo que foi cumprido objetivo previsto, afastando-se assim do previsto no art.º 56 da Lei das Finanças Locais.

De seguida, no quadro abaixo, é analisada a **receita** orçamentada, corrigida e cobrada em 2025.

Análise orçamental da receita

Execução da Receita	Orçamento da Receita 01/01/2025	Receita Corrigida 31/12/2025	Receita Cobrada	Taxa de Execução
Receita Corrente	8 717 579,00	8 406 633,00	7 736 769,68	92%
Impostos directos	551 933,00	551 933,00	584 404,94	106%
Impostos indirectos	1 792,00	1 792,00	3 584,88	200%
Taxas, multas e outras penalidades	17 585,00	17 585,00	25 260,84	144%
Rendimentos da propriedade	1 124 228,00	965 238,00	213 472,87	22%
Administração Central - Estado Português	6 571 288,00	6 419 332,00	6 600 345,01	103%
Administração Central - Outras Entidades	176 908,00	176 908,00	89 560,89	51%
Outras	29 500,00	29 500,00	16 310,62	55%
Venda de bens e serviços	238 545,00	238 545,00	202 748,38	85%
Outras receitas correntes	5 800,00	5 800,00	1 081,25	19%
Receita Capital	9 384 120,00	4 193 059,00	3 617 419,06	86%
Venda de bens de investimento	1 836,00	1 836,00		
Administração Central - Estado Português	7 846 515,00	2 893 625,00	2 351 667,92	81%
Outras	62 500,00			
Outras receitas de capital	1 321,00	1 321,00		
Receita com passivos financeiros	1 471 948,00	1 296 277,00	1 265 751,14	98%
Outras Receitas	5 430,00	1 145 250,00	1 142 880,58	100%
Reposições não abatidas pag.	5 430,00	5 430,00	3 061,57	56%
Saldo da gerência anterior - operaç orç.		1 139 820,00	1 139 819,01	100%
Receitas Totais	18 107 129,00	13 744 942,00	12 497 069,32	91%

A **receita corrente** cobrada, face à receita corrente corrigida, teve uma execução de 86%, e atingiu os 7,737 milhões de euros.

O capítulo em destaque é o **Administração Central - Estado Português**, com um montante de receita cobrada de 6,600 milhões de euros e execução de 103%. Neste grupo, com uma representação de 50%, distinguem-se as receitas provenientes do **Fundo de Equilíbrio Financeiro**, no valor de 3,275 milhões de euros, tendo registado uma diminuição de 78 mil euros face ao ano de 2024.

A **receita de capital** cobrada, no montante de 3,617 milhões de euros, apresenta, no final do ano, uma execução de 86% face à receita de capital corrigida.

Neste grupo das receitas de capital realçam-se as receitas provenientes de **Administração Central - Estado Português** no montante de 2,352 milhões de euros, registando uma diminuição no valor de 1,007 milhões de euros, face ao ano anterior.

No quadro abaixo está espelhada a decomposição da **despesa** orçamentada, corrigida e paga, por agrupamentos.

Análise orçamental da despesa

Execução da Despesa	Orçamento da Despesa 01/01/2025	Dotação Corrigida 31/12/2025	Despesa Paga	Taxa de Execução
Despesa Corrente	8 460 341,00	8 855 240,00	7 789 032,52	88%
Remunerações Certas e Permanentes	3 905 525,00	3 880 324,00	3 856 889,99	99%
Abonos Variáveis ou Eventuais	188 465,00	226 666,00	218 738,71	97%
Segurança Social	916 019,00	1 001 061,00	973 683,58	97%
Aquisição de bens e serviços	2 276 319,00	2 600 830,00	1 770 247,95	68%
Juros e Outros Encargos	244 023,00	150 023,00	133 894,55	89%
Administração Central - Estado Português				
Administração Local	260 067,00	240 087,00	181 012,05	75%
Entidades do Setor não lucrativo	104 012,00	99 262,00	73 517,20	74%
Famílias	401 646,00	449 096,00	435 881,15	97%
Outras	50 906,00	82 906,00	57 328,78	69%
Subsídios Correntes	29 645,00	22 305,00	19 096,26	86%
Outras Despesas Correntes	83 714,00	102 680,00	68 742,30	67%
Despesas de Capital	9 646 788,00	4 889 702,00	3 709 797,24	76%
Aquisição de bens de capital	6 335 683,00	3 117 833,00	2 433 010,30	78%
Administração Local	76 001,00	135 301,00	79 446,86	59%
Entidades do Setor não lucrativo	20 716,00	6 716,00	5 430,40	81%
Outras Despesas de Capital	2 815 648,00	371 253,00	240 829,70	65%
Despesa com ativos financeiros	100,00	100,00		
Despesa com passivos financeiros	398 640,00	1 258 499,00	951 079,98	76%
Despesas Totais	18 107 129,00	13 744 942,00	11 498 829,76	84%

A **despesa corrente** paga apresenta uma execução de 88%, e atingiu pagamentos na ordem dos 7,789 milhões de euros. Para este resultado contribuiu, particularmente, a rubrica de **Custos com o pessoal**, cujo montante de despesa paga atingiu, no final de 2025, os 5,049 milhões de euros e uma execução de 99%.

A **despesa de capital** paga, no montante de 3,710 milhões de euros, regista uma execução de 76%.

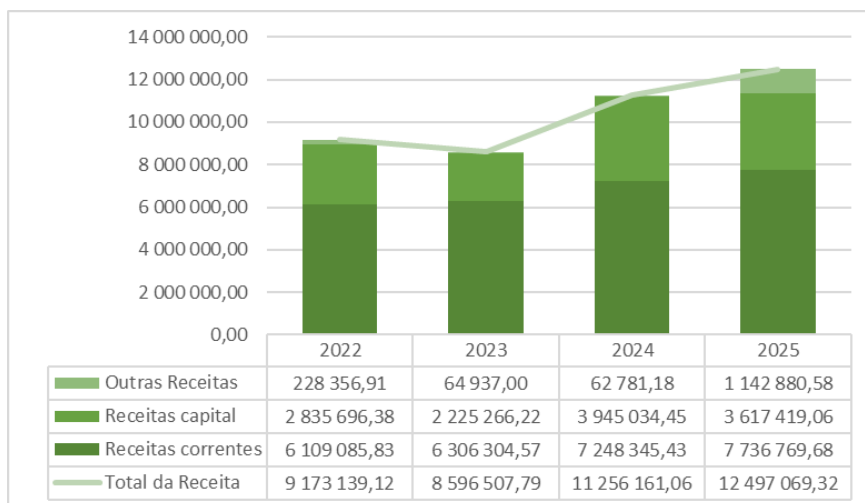
A rubrica em evidência é a de **aquisição de bens de capital** com uma taxa de execução de 78%, e cujo montante de despesa paga atingiu os 2,433 milhões de euros.

A **despesa total** paga (11,499 milhões de euros) face ao total da despesa corrigida, (13,745 milhões de euros) apresenta uma execução de 84%.

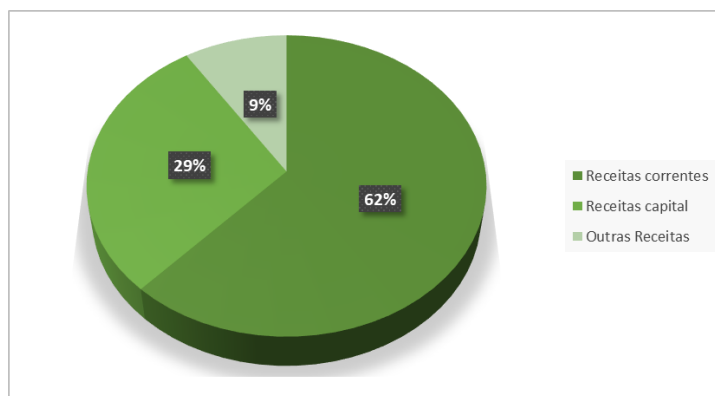
1.1 Receita

O gráfico abaixo representa a evolução da receita cobrada nos últimos quatro anos. Após análise do mesmo, verifica-se que foi ano de 2025 em que valor da cobrança total foi maior.

Em relação à cobrança da **receita corrente** verifica-se que a mesma tem aumentado de ano para ano, fixando-se no ano de 2025 no valor de 7,737 milhões de euros.



No próximo gráfico pode-se verificar a distribuição da receita, no fim do ano de 2025, por rubricas gerais.



No final de 2025 a receita total cobrada ascendeu a 12,497 milhões de euros, correspondendo 1,034 milhões de euros de **receitas próprias** (8%), 1,140 milhões de euros de **saldo transitado da gerência anterior** (9%), 1,266 milhões de euros de **Receita com passivos financeiros** (10%), e 9,058 milhões de euros de **transferências totais** (73%).

De seguida, faz-se a análise da evolução da receita por capítulo/artigo.

Evolução da Receita

Execução da Receita	2025			2024			Δ 2024
	Orçada	Cobrada	% Execução	Orçada	Cobrada	% Execução	
Receita Corrente	8 406 633,00	7 736 769,68	92%	7 985 707,00	7 248 345,43	91%	7%
Impostos directos	551 933,00	584 404,94	106%	582 475,00	567 411,18	97%	3%
Impostos indirectos	1 792,00	3 584,88	200%	1 659,00	2 197,90	132%	63%
Taxas, multas e outras penalidades	17 585,00	25 260,84	144%	20 317,00	21 106,58	104%	20%
Rendimentos da propriedade	965 238,00	213 472,87	22%	992 642,00	215 121,86	22%	-1%
Administração Central - Estado Português	6 419 332,00	6 600 345,01	103%	6 028 118,00	6 124 577,01	102%	8%
Administração Central - Outras Entidades	176 908,00	89 560,89	51%	46 202,00	124 139,27	269%	-28%
Outras	29 500,00	16 310,62	55%	70 363,00	21 107,91	30%	-23%
Venda de bens e serviços	238 545,00	202 748,38	85%	232 089,00	171 229,81	74%	18%
Outras receitas correntes	5 800,00	1 081,25	19%	11 842,00	1 453,91	12%	-26%
Receita Capital	4 193 059,00	3 617 419,06	86%	4 414 238,00	3 945 034,45	89%	-8%
Venda de bens de investimento	1 836,00			8 988,00	117,25	1%	-100%
Administração Central - Estado Português	2 893 625,00	2 351 667,92	81%	3 644 053,00	3 358 646,33	92%	-30%
Outras receitas de capital	1 321,00			5 000,00	2 642,04	53%	-100%
Receita com passivos financeiros	1 296 277,00	1 265 751,14	98%	756 197,00	583 628,83	77%	117%
Outras Receitas	1 145 250,00	1 142 880,58	100%	68 717,00	62 781,18	91%	1720%
Reposições não abatidas pag.	5 430,00	3 061,57	56%	6 166,00	230,18	4%	1230%
Saldo da gerência anterior - operaç. orç.	1 139 820,00	1 139 819,01	100%	62 551,00	62 551,00	100%	1722%
Receitas Totais	13 744 942,00	12 497 069,32	91%	12 468 662,00	11 256 161,06	90%	11%

Da análise do quadro acima constata-se que, comparando com o período homólogo, as **receitas correntes** cobradas registaram um aumento de (7%), com maior enfoque, a rubrica **Administração Central - Outras Entidades**, com um aumento de 476 mil euros (16%). Em sentido contrário verifica-se que a rubrica **Administração Central - Outras Entidades**, registando um decréscimo de 35 mil euros (-28%).

As **receitas de capital** cobradas, no valor de 3,617 milhões de euros, registando uma diminuição de 328 mil de euros (-8%) comparando com o ano de 2024.

1.1.1 Receita própria

Em 2025, a receita própria cobrada atingiu o valor de 1,034 milhões de euros, registando um acentuado aumento no valor de 52 mil euros comparando com o ano de 2024.

De seguida apresenta-se a evolução da receita própria nos últimos 4 anos.

Evolução da receita própria

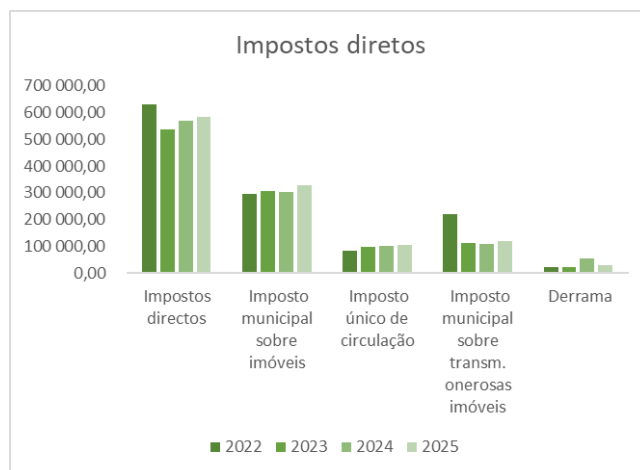
Receitas Próprias	2022	2023	2024	2025	Δ 2024
Impostos directos	627 865,03	537 946,38	567 411,18	584 404,94	3%
Impostos indirectos	1 661,25	1 772,91	2 197,90	3 584,88	63%
Taxas, multas e outras penalidades	19 866,90	17 392,45	21 106,58	25 260,84	20%
Rendimentos da propriedade	185 763,53	196 520,35	215 121,86	213 472,87	-1%
Venda de bens e serviços	188 730,28	207 953,80	171 229,81	202 748,38	18%
Outras Receitas Correntes	14 717,46	3 637,97	1 453,91	1 081,25	-26%
Venda de bens de investimento		5 512,00	117,25		-100%
Outras receitas de capital			2 642,04		-100%
Reposições não abatidas pag.	1 634,91	10 680,32	230,18	3 061,57	1230%
Total de Receitas Próprias	1 040 239,36	981 416,18	981 510,71	1 033 614,73	5%

No mapa destaca-se positivamente a rubrica **Impostos Directos** com um aumento de 17 mil euros, face ao ano de 2024, sendo que o **IMI, IUC e IMT** aumentaram, 25 mil euros, 6 mil euros e 11 mil euros, respetivamente.

A **Derrama** diminui em cerca de 24 mil euros, face ao ano de 2024, passando de 54 mil euros para 30 mil euros.

Evolução da receita própria proveniente de impostos

Impostos	2022	2023	2024	2025	Δ 2024
Impostos directos	627 865,03	537 946,38	567 411,18	584 404,94	3%
Imposto municipal sobre imóveis	295 490,62	305 723,01	303 679,14	328 483,81	8%
Imposto único de circulação	85 587,93	97 272,26	101 009,32	106 729,39	6%
Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	222 062,55	111 362,87	108 261,83	118 869,94	10%
Derrama	24 723,93	23 588,24	54 460,89	30 321,80	-44%
Impostos indirectos	1 661,25	1 772,91	2 197,90	3 584,88	63%
Publicidade	38,50		147,55	233,45	58%
Taxa municipal de direitos de passagem	1 597,71	1 599,54	1 506,72	1 404,00	-7%
Outros_i	25,04	173,37	543,63	1 947,43	258%
Total dos Impostos	629 526,28	539 719,29	569 609,08	587 989,82	3%



No que concerne à evolução de subgrupos das **receitas próprias**, no exercício de 2025, o Município registou um desempenho global positivo ao nível das receitas próprias, verificando-se um aumento face ao ano de 2024. O total das receitas próprias ascendeu a 446 mil euros, representando um acréscimo de 34 mil euros, correspondente a uma variação de 8%.

Esta evolução foi impulsionada, sobretudo, pelo comportamento da rubrica de **vendas de bens e serviços correntes**, que apresentou um crescimento significativo de 18%, atingindo 203 mil euros. Para este resultado contribuíram maioritariamente o aumento das receitas provenientes de **serviços prestados**, bem como a evolução favorável das **rendas**, evidenciando um reforço da atividade corrente municipal e da capacidade de geração de receita associada.

A rubrica de **taxas, multas e outras penalidades** registou igualmente uma evolução positiva, com um crescimento de 20% face a 2024. Este aumento foi particularmente influenciado pelas receitas associadas à **ocupação da via pública** e **pelos juros de mora**. Contudo, importa salientar a redução expressiva verificada nas **coimas e penalidades por contraordenações**, que registaram uma diminuição significativa, alterando a composição interna desta rubrica.

Por sua vez, os **rendimentos da propriedade** mantiveram-se relativamente estáveis, apresentando uma ligeira diminuição de 1%, mas continuando a representar uma das principais fontes de receita do Município, o que evidencia a sua relevância estrutural.

Em sentido inverso, as **outras receitas correntes** registaram uma redução de 26%, embora com impacto pouco significativo no total global. Destaca-se ainda a inexistência, em 2025, de receitas provenientes da venda de bens de investimento e de outras receitas de capital, ao contrário do verificado no ano anterior.

Por fim, a rubrica de **reposições não abatidas nos pagamentos** apresentou um aumento expressivo, ainda que de reduzido peso relativo, podendo indicar uma melhoria nos mecanismos de controlo e recuperação de valores.

Evolução de subgrupos das receitas próprias

Subgrupos de Receitas Próprias	2022	2023	2024	2025	Δ 2024
Taxas, multas e outras penalidades	19 866,90	17 392,45	21 106,58	25 260,84	20%
Loteamentos e obras	9 692,61	7 853,75	7 928,21	8 342,41	5%
Ocupação da via pública	2 340,24	3 230,84	3 445,85	7 531,54	119%
Outros	2 308,26	2 094,67	2 905,39	4 781,99	65%
Juros de mora	1 318,71	1 904,08	1 450,74	3 189,06	120%
Juros compensatórios	453,23	209,11	416,39	285,84	-31%
Coimas e penalidades por contra-ordenações	3 453,85	1 850,00	4 710,00	780,00	-83%
Multas e penalidades diversas	300,00	250,00	250,00	350,00	40%
Rendimentos da propriedade	185 763,53	196 520,35	215 121,86	213 472,87	-1%
Outros	185 763,53	196 520,35	215 121,86	213 472,87	-1%
Vendas de Bens e Serviços Correntes	188 730,28	207 953,80	171 229,81	202 748,38	18%
Venda de Bens	1 838,68	1 553,89	1 239,73	4 550,44	267%
Serviços	152 170,39	167 101,66	137 081,01	156 964,00	15%
Rendas	34 721,21	39 298,25	32 909,07	41 233,94	25%
Outras Receitas Correntes	14 717,46	3 637,97	1 453,91	1 081,25	-26%
Vendas de Bens de Investimento		5 512,00	117,25		-100%
Outras Receitas de Capital			2 642,04		-100%
Reposições não abatidas nos pagamentos	1 634,91	10 680,32	230,18	3 061,57	1230%
Total Receitas Próprias	410 713,08	441 696,89	411 901,63	445 624,91	8%

1.1.2 Transferências obtidas

As **transferências obtidas** totalizaram 9,058 milhões de euros, registando uma diminuição de cerca de 571 mil euros face a 2024, o que corresponde a uma variação de -6%.

Esta evolução resulta de comportamentos distintos entre as componentes corrente e de capital. As **transferências correntes** apresentaram um crescimento de 7%, atingindo 6,706 milhões de euros, enquanto as **transferências de capital** registaram uma redução significativa de 30%, fixando-se em 2,352 milhões de euros.

No que respeita às **transferências correntes**, destaca-se o aumento verificado na rubrica **“Art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013”**, que registou um acréscimo de cerca de 338 mil euros 55%, totalizando 955 mil euros, mantendo-se como uma das principais componentes desta tipologia de receita. De referir que esta rubrica é uma das que fazem parte das considerados em Orçamento de Estado.

Também a rubrica **“Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados”** evidenciou um crescimento muito expressivo +448%, atingindo cerca de 186 mil euros. Aqui estão incluídas as transferências referentes aos seguintes projetos:

- CLDS – 86 mil euros;
- PEDIME – 19 mil euros;
- Radar Social – 64 mil euros;

A rubrica **“Fundo Social Municipal”** apresentou igualmente uma evolução positiva, 20%, bem como a **“Participação Variável no IRS”**, 10%, refletindo um reforço das transferências do Estado no âmbito da participação nos impostos e das políticas sociais.

Em sentido contrário, importa salientar as reduções registadas nas rubricas, **“Fundo de Equilíbrio Financeiro”**, com uma redução em cerca de 78 mil euros, 2%, **“Participação no IVA – Art.º 26.º-A da Lei n.º 73/2020”**, que diminuiu 64%, bem como **“Serviço de fundo autónomo – Subsist. proteção família e políticas ativas de emprego”**, com uma variação negativa de 28%. Adicionalmente, a rubrica **“Companhias de seguros e fundos de pensões”** apresentou uma redução acentuada de 77%.

Relativamente às **transferências de capital**, verifica-se uma diminuição global de cerca de 1,006 milhões de euros (-30%), justificada, em grande medida, pela redução nas rubricas associadas a financiamento comunitário. Em particular, a rubrica **“Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados – FEDER”**, que totalizou o valor de 370 mil euros, referente às seguintes candidaturas:

- Biblioteca Municipal – 139 mil euros;
- Igreja Matriz – 231 mil euros;

registando uma quebra de cerca de 724 mil euros (-66%), refletindo um menor volume de reembolsos associados a projetos anteriormente financiados.

Esta diminuição deveu-se ao facto de, em 2024, o Município ter ressarcido cerca de 660 mil euros no âmbito do encerramento da candidatura da Requalificação do edifício do Agrupamento de Escolas de Sardoaal.

Também a rubrica **“Estado – Participação comunitária em projetos cofinanciados – Outras”**, totalizou o valor de 658 mil euros referente a:

- Creche Municipal – 58 mil euros;
- Condomínios de Aldeia – 134 mil euros;
- Prédios na Tapada da Torre (1º Direito) – 461 mil euros;

apresentando uma diminuição de cerca de 258 mil euros (-28%).

No ano de 2024 foram ressarcidas as seguintes verbas:

- Prédios na Tapada da Torre (1º Direito) – 172 mil euros;
- Habitação de custos acessíveis – 678 mil euros;

Acresce ainda a ausência de execução na rubrica **“Cooperação Técnica e Financeira”**, que em 2024 havia registado cerca de 348 mil euros, contribuindo significativamente para a variação negativa global das transferências de capital. Sobre a situação em apreço dizer que as verbas em causa, ressarcidas em 2024, por falta de informação, foram lançadas nesta rubrica incorretamente, pois as mesmas referem-se a aos Prédios na Tapada da Torre (1º Direito), 294 mil euros e Condomínios de Aldeia, 55 mil euros.

Por outro lado, a rubrica **“Art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013”**, apesar de parcialmente classificada como receita corrente, manteve um contributo relevante também na componente de capital, com um crescimento de cerca de 338 mil euros, +55%.

Evolução das transferências obtidas

Transferências	2022	2023	2024	2025	Δ 2024
Administração Central - Estado Português	5 070 481,38	5 341 080,71	6 269 824,19	6 706 216,52	7%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 483 711,00	3 416 674,00	3 353 608,00	3 275 429,00	-2%
Fundo Social Municipal	128 659,00	94 647,00	111 349,00	133 990,00	20%
Participação Variável no IRS	130 971,00	144 129,00	147 062,00	161 478,00	10%
Transferência de Competências - Lei n.º 50/2018	736 605,37	1 058 055,00	1 129 014,83	1 159 635,00	3%
Participação no IVA – Art. 26.º-A da Lei n.º 73/20	32 991,14	46 181,52	73 518,28	26 811,00	-64%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013			617 243,25	955 243,00	55%
Outras	327 299,26	324 944,22	658 844,22	701 865,62	7%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	98 833,35	178 863,29	33 937,43	185 893,39	448%
Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	38 122,49	48 629,97	124 139,27	89 560,89	-28%
Privadas	23 579,00				
Companhias de seguros e fundos de pensões	23 661,06	17 107,19	19 474,70	4 461,10	-77%
Instituições sem fins lucrativos	46 048,71	11 849,52	1 633,21	11 849,52	626%
Transferências de Capital	1 718 801,63	1 366 844,70	3 358 646,33	2 351 667,92	-30%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	387 079,00	379 630,00	372 623,00	363 937,00	-2%
Cooperação Técnica e Financeira	238 235,22	36 168,88	348 385,66		-100%
Art.º 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	107 129,00	452 719,00	617 243,26	955 243,00	55%
Outras	10 496,10	19 101,67	9 400,39	4 450,44	-53%
Estado-P.comunitária project.co-financiados - FEDER	967 490,32	442 965,75	1 094 255,57	369 736,53	-66%
Estado-P.comunitária project.co-financiados-Outras	8 371,99	36 259,40	916 738,45	658 300,95	-28%
Total	6 789 283,01	6 707 925,41	9 628 470,52	9 057 884,44	-6%

1.1.3 Passivos Financeiros

Os **Passivos Financeiros** registaram o valor de 1,266 milhões de euros em 2025. Comparativamente com o período homólogo anterior, verifica-se um aumento de 682 mil euros (+117%).

É nesta rubrica que se regista os reembolsos dos empréstimos bancários, a curto prazo e a médio longo prazo.

No que concerne ao **empréstimo a curto prazo**, foi reembolsado o valor de 469 mil euros, mais 8 mil euros que o reembolsado no ano anterior.

Em relação aos **empréstimos a médio longo prazo**, foram feitos reembolsos no valor de 796 mil euros, registando um aumento no valor de 674 mil euros face ao ano anterior.

A verbas reembolsadas, decompõe-se da seguinte forma:

- Reabilitação de Passagens Hidráulicas e Pavimentação rua Dr.º David Serras Pereira – 547 mil euros;
- Creche Municipal – 61 mil euros;
- Diversas Obras (Depressão Elsa e Fabien) e Pavimentação de Pisão e Tojeira: 189 mil euros;

Evolução dos Passivos Financeiros

Passivos Financeiros	2022	2023	2024	2025	Δ 2024
Sociedades financeiras	277 777,45	300 000,00	461 047,67	469 475,10	2%
Sociedades financeiras	611 463,47	552 909,52	122 581,16	796 276,04	550%
Admin-Pública - Admin.central - Estado					
Admin-Pública - Admin.central - Serv Fundos autonom	227 653,83				
Total de Passivos Financeiros	1 116 894,75	852 909,52	583 628,83	1 265 751,14	117%

1.2 Despesa

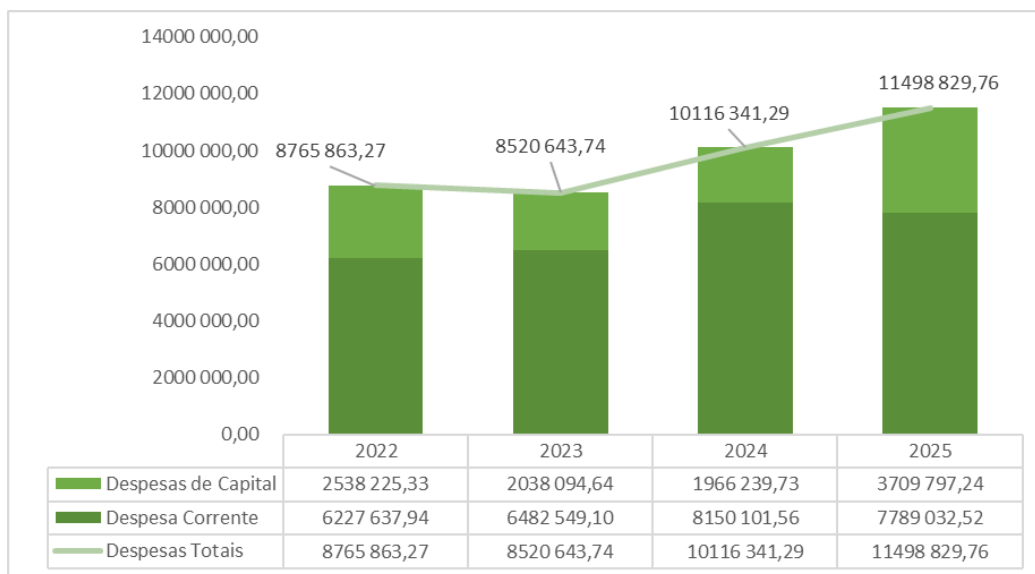
No final de 2025, o **total da despesa paga** ascendeu a 11,499 milhões de euros, representando 84% do total orçamentado corrigido (13,745 milhões de euros). Em relação ao ano anterior verifica-se um aumento na ordem dos 1,382 milhões de euros na despesa paga.

Da análise do gráfico apresentado, verifica-se que, ao longo do período entre 2022 e 2024, a despesa total paga do Município se manteve relativamente estável, situando-se em torno dos 8,5 a 10,1 milhões de euros. No entanto, em 2025, registou-se um aumento significativo, atingindo cerca de 11,499 milhões de euros, o que representa um acréscimo de aproximadamente 1,383 milhões de euros face ao ano anterior.

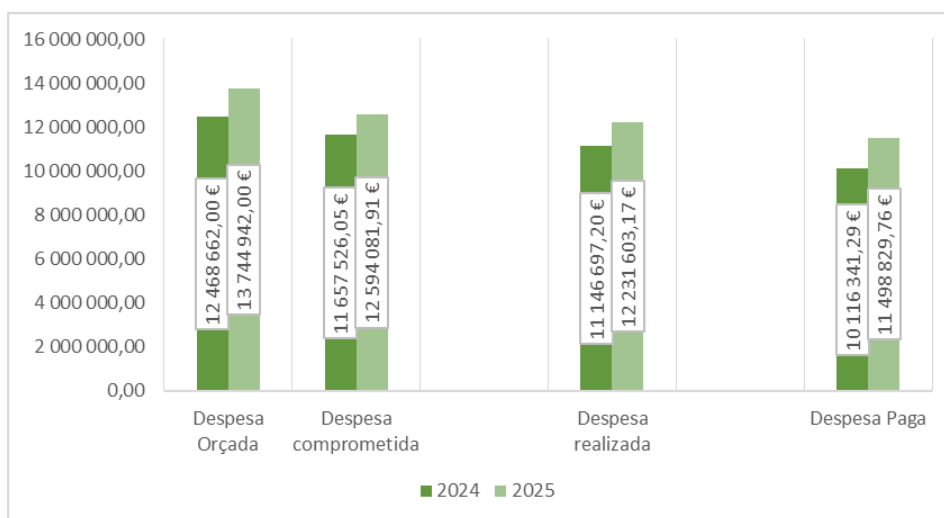
Este crescimento resulta, sobretudo, da evolução da despesa de capital, que apresentou um aumento expressivo de cerca de 1,744 milhões de euros, passando de 1,966 milhões de euros em 2024 para 3,710 milhões de euros em 2025, evidenciando um reforço do investimento municipal.

Por sua vez, a despesa corrente paga registou uma ligeira diminuição de cerca de 361 mil euros, fixando-se em 7,789 milhões de euros, o que indica um maior controlo ao nível das despesas de funcionamento.

Em síntese, o aumento da despesa total paga em 2025 é explicado essencialmente pelo crescimento da despesa de capital, associado ao reforço do investimento, a par de uma redução da despesa corrente e das obrigações por pagar, o que reflete uma evolução globalmente positiva da gestão orçamental do Município.



No próximo gráfico encontram-se espelhados os valores da despesa orçada, comprometida, realizada e paga nos anos 2024 e 2025. O total da despesa realizada, em 2025, alcançou os 12,232 milhões de euros, face aos 11,147 milhões de euros apurados no ano de 2024 registando um aumento de 1,085 milhões de euros.



1.2.1 Despesa por natureza económica – corrente e capital

Em 2025, a **despesa corrente** paga relativamente ao total orçamentado teve uma execução de 88% (7,789 milhões de euros) e a **despesa de capital** paga de 76% (3,710 milhões de euros), originando uma execução total de 84%.

Em relação à execução referente ao período homólogo anterior, verifica-se uma diminuição de 4%, no valor de 361 mil euros nas **despesas correntes** e aumento de 89%, no valor de

1,744 milhões de euros nas **despesas de capital** pagas, o que totaliza uma variação de positiva de 14%, no valor de 1,382 milhões de euros.

Evolução da despesa por económica

Análise orçamental	2025				2024				Δ 2024
	Dotação Final	Despesa Paga	%	Execução	Dotação Final	Despesa Paga	%	Execução	
Despesa Corrente	8 855 240,00	7 789 032,52	88%		9 076 050,00	8 150 101,56	90%		-4%
Remunerações Certas e Permanentes	3 880 324,00	3 856 889,99	99%		3 505 758,00	3 487 417,79	99%		11%
Abonos Variáveis ou Eventuais	226 666,00	218 738,71	97%		191 394,00	188 341,33	98%		16%
Segurança Social	1 001 061,00	973 683,58	97%		984 489,00	957 896,75	97%		2%
Aquisição de bens e serviços	2 600 830,00	1 770 247,95	68%		3 095 385,00	2 394 350,38	77%		-26%
Juros e Outros Encargos	150 023,00	133 894,55	89%		200 474,00	184 012,23	92%		-27%
Administração Central - Estado Português									
Administração Local	240 087,00	181 012,05	75%		305 048,00	237 379,61	78%		-24%
Entidades do Setor não lucrativo	99 262,00	73 517,20	74%		103 474,00	88 164,34	85%		-17%
Famílias	449 096,00	435 881,15	97%		453 967,00	428 904,87	94%		2%
Outras	82 906,00	57 328,78	69%		100 831,00	73 794,43			
Subsídios Correntes	22 305,00	19 096,26	86%		32 065,00	28 814,50	90%		-34%
Outras Despesas Correntes	102 680,00	68 742,30	67%		103 165,00	81 025,33	79%		-15%
Despesas de Capital	4 889 702,00	3 709 797,24	76%		3 392 612,00	1 966 239,73	58%		89%
Aquisição de bens de capital	3 117 833,00	2 433 010,30	78%		2 176 474,00	1 187 969,14	55%		105%
Administração Local	135 301,00	79 446,86	59%		9 761,00	6 543,41	67%		1114%
Entidades do Setor não lucrativo	6 716,00	5 430,40	81%		31 045,00	25 229,90	81%		-78%
Outras Despesas de Capital	371 253,00	240 829,70	65%		25 000,00				
Despesa com ativos financeiros	100,00				100,00				
Despesa com passivos financeiros	1 258 499,00	951 079,98	76%		1 150 232,00	746 497,28	65%		27%
Despesas Totais	13 744 942,00	11 498 829,76	84%		12 468 662,00	10 116 341,29	81%		14%

A **despesa corrente paga** em 2025, no montante de 7,789 milhões de euros, reporta-se essencialmente a pagamentos de **despesas com o pessoal** (5,049 milhões de euros) e **aquisição de bens e serviços** (1,770 milhões de euros), e **transferências correntes** (748 mil euros).

A **despesa de capital paga** em 2025, no montante de 3,710 milhões de euros, diz respeito basicamente a pagamentos com **aquisição de bens de capital** (2,433 milhões de euros) e despesa com **passivos financeiros** (951 mil euros).

No quadro seguinte encontra-se registada a evolução da **despesa corrente realizada e paga**, em 2025 e 2024. Constata-se que a **despesa corrente realizada**, face ao ano de 2024, diminui cerca de 3% (228 mil euros). Já em relação à **despesa corrente paga**, a mesma diminui em cerca de 4% (361 mil euros).

Evolução da despesa corrente

Análise orçamental	Despesa realizada			Despesa Paga		
	2025	2024	Δ 2024	2025	2024	Δ 2024
Despesas Correntes						
Remunerações Certas e Permanentes	3 856 889,99	3 496 445,85	360 444,14	3 856 889,99	3 487 417,79	369 472,20
Abonos Variáveis ou Eventuais	218 738,71	188 341,33	30 397,38	218 738,71	188 341,33	30 397,38
Segurança Social	973 818,58	977 424,22	-3 605,64	973 683,58	957 896,75	15 786,83
Aquisição de bens e serviços	2 235 489,91	2 734 642,60	-499 152,69	1 770 247,95	2 394 350,38	-624 102,43
Juros e Outros Encargos	135 781,56	184 097,49	-48 315,93	133 894,55	184 012,23	-50 117,68
Administração Central - Estado Português						
Administração Local	199 987,03	237 379,61	-37 392,58	181 012,05	237 379,61	-56 367,56
Entidades do Setor não lucrativo	83 462,20	88 569,34	-5 107,14	73 517,20	88 164,34	-14 647,14
Famílias	435 881,15	428 904,87	6 976,28	435 881,15	428 904,87	6 976,28
Outras	76 002,50	91 048,14	-15 045,64	57 328,78	73 794,43	-16 465,65
Subsídios Correntes	20 891,76	28 814,50	-7 922,74	19 096,26	28 814,50	-9 718,24
Outras Despesas Correntes	88 568,41	97 999,30	-9 430,89	68 742,30	81 025,33	-12 283,03
Total de Despesas Correntes	8 325 511,80	8 553 667,25	-228 155,45	7 789 032,52	8 150 101,56	-361 069,04

No próximo quadro encontra-se registada a evolução da **despesa capital** realizada e paga, em 2025 e 2024.

Constata-se que a **despesa capital realizada**, face ao ano de 2024, aumentou em cerca de 51% (1,313 milhões de euros). Já em relação à **despesa capital paga** comparando com o mesmo ano, a mesma aumentou em cerca de 89% (1,744 milhões de euros).

Evolução da despesa capital

Análise orçamental	Despesa realizada			Despesa Paga		
	2025	2024	Δ 2024	2025	2024	Δ 2024
Despesas Capital						
Aquisição de bens de capital	2 611 787,32	1 814 759,36	797 027,96	2 433 010,30	1 187 969,14	1 245 041,16
Administração Local	79 446,86	6 543,41	72 903,45	79 446,86	6 543,41	72 903,45
Entidades do Setor não lucrativo	5 430,40	25 229,90	-19 799,50	5 430,40	25 229,90	-19 799,50
Outras Despesas de Capital	258 346,81		258 346,81	240 829,70		240 829,70
Despesa com ativos financeiros						
Despesa com passivos financeiros	951 079,98	746 497,28	204 582,70	951 079,98	746 497,28	204 582,70
Total de Despesas de Capital	3 906 091,37	2 593 029,95	1 313 061,42	3 709 797,24	1 966 239,73	1 743 557,51

1.2.2 Taxa de execução da despesa corrente e de capital

O ano de 2025 encerrou com um **total de despesa orçada** de 13,745 milhões de euros, e paga de 11,499 milhões de euros, atingindo uma taxa de execução de 84%.

A **despesa corrente paga** regista um nível de execução orçamental superior à **despesa de capital paga**, de 88% e 76%, respetivamente.

No que se refere às **despesas correntes**, as rubricas referentes ao **peçoal** é a que apresenta maior taxa de execução, 99%.

No âmbito das **despesas de capital**, a rubrica de **Aquisição de bens de capital**, com maior valor absoluto, 2,433 milhões de euros regista uma execução de 78%.

Execução da despesa

Capítulos	2024	Despesa Orçada	Despesa comprometida	% Compr	Despesa realizada	% Real.	Despesa Paga	Taxa de execução
		1	2	3 = 2 / 1	4	5 = 4 / 1	6	7 = 6 / 1
Despesa Corrente	8 150 101,56	8 855 240,00	8 555 243,17	97%	8 325 511,80	94%	7 789 032,52	88%
Remunerações Certas e Permanentes	3 487 417,79	3 880 324,00	3 856 889,99	99%	3 856 889,99	99%	3 856 889,99	99%
Abonos Variáveis ou Eventuais	188 341,33	226 666,00	218 738,71	97%	218 738,71	97%	218 738,71	97%
Segurança Social	957 896,75	1 001 061,00	973 818,60	97%	973 818,58	97%	973 683,58	97%
Aquisição de bens e serviços	2 394 350,38	2 600 830,00	2 447 659,26	94%	2 235 489,91	86%	1 770 247,95	68%
Juros e Outros Encargos	184 012,23	150 023,00	138 847,63	93%	135 781,56	91%	133 894,55	89%
Administração Central - Estado Português								
Administração Local	237 379,61	240 087,00	199 987,03	83%	199 987,03	83%	181 012,05	75%
Entidades do Setor não lucrativo	88 164,34	99 262,00	84 420,20	85%	83 462,20	84%	73 517,20	74%
Famílias	428 904,87	449 096,00	437 484,65	97%	435 881,15	97%	435 881,15	97%
Outras	73 794,43	82 906,00	82 863,89	100%	76 002,50	92%	57 328,78	69%
Subsídios Correntes	28 814,50	22 305,00	20 891,76	94%	20 891,76	94%	19 096,26	86%
Outras Despesas Correntes	81 025,33	102 680,00	93 641,45	91%	88 568,41	86%	68 742,30	67%
Despesas de Capital	1 966 239,73	4 889 702,00	4 038 838,74	83%	3 906 091,37	80%	3 709 797,24	76%
Aquisição de bens de capital	1 187 969,14	3 117 833,00	2 708 352,20	87%	2 611 787,32	84%	2 433 010,30	78%
Administração Local	6 543,41	135 301,00	79 446,86	59%	79 446,86	59%	79 446,86	59%
Entidades do Setor não lucrativo	25 229,90	6 716,00	6 173,28	92%	5 430,40	81%	5 430,40	81%
Outras Despesas de Capital		371 253,00	293 451,54	79%	258 346,81	70%	240 829,70	65%
Despesa com ativos financeiros		100,00						
Despesa com passivos financeiros	746 497,28	1 258 499,00	951 414,86	76%	951 079,98	76%	951 079,98	76%
Despesas Totais	10 116 341,29	13 744 942,00	12 594 081,91	92%	12 231 603,17	89%	11 498 829,76	84%

Analisando agora os capítulos da despesa e no que se refere à rubrica **despesas com o pessoal paga**, que é constituído por três componentes, como podemos ver no mapa abaixo, a mesma regista um valor de 5,049 milhões de euros, com um aumento de 416 mil euros, face ao ano anterior, contribuindo para esta situação a componente **“Remunerações Certas e Permanentes”** com aumento de 369 mil euros.

Evolução da despesa paga com Despesas com o Pessoal

Despesas com Pessoal	2022	2023	2024	2025	Δ 2024
Remunerações Certas e Permanentes	2 825 357,28	3 132 683,80	3 487 417,79	3 856 889,99	11%
Abonos Variáveis ou Eventuais	129 214,85	142 555,70	188 341,33	218 738,71	16%
Segurança Social	792 078,10	784 905,31	957 896,75	973 683,58	2%
Despesas com Pessoal	3 746 650,23	4 060 144,81	4 633 655,87	5 049 312,28	9%

Relativamente à componente **“Remunerações Certas e Permanentes”**, que integra, designadamente, os vencimentos base, subsídios de férias, de natal e de refeição, bem como os encargos decorrentes do recrutamento de novos postos de trabalho e das atualizações remuneratórias obrigatórias, registou-se, em 2025, um aumento de cerca de 369 mil euros face ao ano anterior.

De um modo geral, as rubricas que compõem esta componente evidenciaram uma evolução homogénea, destacando-se, contudo, algumas variações mais relevantes. Assim, a rubrica **“Pessoal em Funções”** apresentou um acréscimo de cerca de 183 mil euros, refletindo essencialmente o impacto das atualizações salariais.

Em sentido inverso, destaca-se a rubrica **“Pessoal em regime de tarefa ou avença”**, totalizando apenas cerca de 10 mil euros, reduzindo o valor de 24 mil euros.

Evolução da despesa paga com Remunerações certas e permanentes

Remunerações Certas e Permanentes	Despesa paga		
	2025	2024	Δ 2024
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autá	105 230,82	96 182,51	9 048,31
Pessoal em Funções	2 392 604,22	2 209 740,86	182 863,36
Alterações Obrigatórias-Posicionamento Remur	89 324,18	53 682,20	35 641,98
Recrutamento Pessoal - Novos Postos Trabalho	64 451,68	17 361,98	47 089,70
Pessoal em Funções	61 940,48	57 035,87	4 904,61
Recrutamento Pessoal - Novos Postos Trabalho	31 776,15	18 515,06	13 261,09
Pessoal em regime de tarefa ou avença	9 900,00	33 400,00	-23 500,00
Pessoal em qualquer outra situação	156 579,14	154 565,17	2 013,97
Representação	26 738,83	25 775,48	963,35
Suplementos e prémios	38 157,36	3 661,48	34 495,88
Subsidio de refeição	239 958,00	234 534,00	5 424,00
Subsídio de férias e de Natal	502 748,92	479 643,98	23 104,94
Remunerações por doença e maternidade/pater	137 480,21	103 319,20	34 161,01
Total de Remunerações Certas e Permanentes	3 856 889,99	3 487 417,79	369 472,20

Em relação à rubrica **aquisição de bens e serviços**, registou o valor de 1,770 milhões de euros, tendo tido uma execução de 68%, reduzindo o valor em 624 mil euros face ao ano de 2024.

No capítulo destinado a esta componente será analisado a situação com maior detalhe.

A rubrica **Juros e Outros Encargos** registou o valor de 133 mil euros, com uma redução de 50 mil euros. A execução foi de 89%.

A rubrica **transferências correntes** com o valor pago de 748 mil euros, registaram uma diminuição no valor de 81 mil euros, face ao ano de 2024.

Verificando que as várias rubricas tiveram comportamentos diferentes, abaixo explicamos o resultado das mesmas e as razões das diferenças:

- A rubrica **“Municípios”** apresenta um aumento de 14 mil euros, sendo estas verbas as destinadas para suportar as despesas, na quota parte, do funcionamento do canil intermunicipal.
- A rubrica **“Freguesias”** que registou um aumento de 10 mil euros, de acordo com o deliberado em assembleia Municipal no ano de 2024.
- A rubrica **“Associações de Municípios”** onde se inclui as transferências para CIMT, registou a grande redução no valor de 80 mil euros, nomeadamente referente ao contrato de concessão do serviço público de passageiros.
- A rubrica **“Instituições sem fins lucrativos”** com o valor de 74 mil euros, reduzindo cerca de 15 mil euros. O motivo de redução foi o facto dos contratos de programa no âmbito do desporto apenas terem sido assinados já no decorrer do ano de 2026.

- A rubrica **“Programas Operacionais”** onde são registadas as despesas referente aos CEI, CEI+ e empregos apoiados, que registou um valor de 217 mil euros, cujo aumento foi de 34 mil euros.
- A rubrica **“Outras”** com o valor de 218 mil euros, registou uma diminuição de 27 mil euros, face ao ano de 2024. É nesta rubrica que se registam, principalmente, os pagamentos referentes aos DECIR, bolsas de Estudo e apoio à natalidade.
- A rubrica **“Empresas públicas municipais e intermunicipais”**, totalizando o valor de 57 mil euros, onde se inclui os pagamentos à empresa Tejo Ambiente, EIM, S.A referente aos apoios sociais, nomeadamente tarifas sociais a idosos e carenciados, 33 mil euros, apoio nas tarifas às instituições de solidariedade social do Concelho, 21 mil euros, e ainda aos bombeiros voluntários, 4 mil euros. Registou em redução de 16 mil euros.

Evolução da despesa paga com Transferências Correntes

Transferências Correntes	Despesa paga		
	2025	2024	Δ 2024
Estado			
Municípios	73 534,12	59 632,57	13 901,55
Freguesias	77 903,00	68 043,12	9 859,88
Associações de municípios	29 574,93	109 703,92	-80 128,99
Instituições sem fins lucrativos	73 517,20	88 164,34	-14 647,14
Programas Operacionais	217 626,58	183 283,66	34 342,92
Outras	218 254,57	245 621,21	-27 366,64
Empresas públicas municipais e intermunicipais	57 328,78	73 794,43	-16 465,65
Total	747 739,18	828 243,25	-80 504,07

A rubrica **“Outras despesas correntes”** onde são registadas nomeadamente as despesas referentes às taxas bem como as quotizações, registou o valor de 69 mil euros com uma redução de 12 mil euros.

No âmbito das **despesas de capital** que registou um aumento em cerca de 1,744 milhões de euros, com uma execução de 76%, tendo registado o valor de 3,710 milhões de euros, onde podemos destacar a rubrica **“Aquisição de bens de capital”**.

Este assunto será retratado no capítulo III, ponto 2, Grandes Opções do Plano.

A rubrica **“Despesa com passivos financeiros”**, sendo que nesta rubrica estão consideradas as despesas referentes às amortizações dos empréstimos, totalizou o valor 951 mil euros, tendo registado um aumento de 205 mil euros, face ao ano anterior. Este aumento justifica-se pela amortização extraordinária referente ao empréstimo da Biblioteca Municipal, no valor de 226 mil euros.

1.2.3 Despesa com aquisição de bens e serviços

Este capítulo representa 15% dos pagamentos do orçamento do Município, totalizando o valor de 1,770 milhões de euros, tendo sido pago cerca de 68% do orçado.

Face ao ano anterior registou-se uma diminuição no valor de 624 mil euros.

Evolução da despesa paga com aquisições de bens e serviços

Aquisição de Bens e Serviços	2022	2023	2024	2025	Δ 2024
Aquisição de Bens	475 426,54	386 323,25	486 206,90	356 194,47	-27%
Aquisição de Serviços	1 341 455,52	1 266 650,81	1 908 143,48	1 414 053,48	-26%
Total	1 816 882,06	1 652 974,06	2 394 350,38	1 770 247,95	-26%

Para uma melhor análise podemos decompor em dois subtítulos, **aquisição de bens** e **aquisição de serviços**.

Evolução da despesa paga com aquisições de bens

Rubrica	Aquisição de Bens	2022	2023	2024	2025	Δ 2024
020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	88 458,43	173 889,46	216 850,54	135 395,89	-38%
02010202	Gasóleo	82 326,23	73 193,39	83 392,76	68 064,42	-18%
020101	Matérias-primas e subsidiárias	32 834,99	26 707,98	27 402,14	30 154,37	10%
020121	Outros bens	22 729,06	25 724,21	40 997,78	25 538,58	-38%
020104	Limpeza e higiene	17 796,62	13 061,29	22 683,27	20 220,15	-11%
020115	Prémios, condecorações e ofertas	9 218,95	8 946,55	14 133,13	14 453,64	2%
020107	Vestuário e artigos pessoais	3 730,62	10 280,62	10 114,95	10 324,19	2%
020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	10 286,74	11 893,31	14 838,53	10 293,13	-31%
020108	Material de escritório	7 350,89	8 466,64	10 879,73	8 962,34	-18%
02010299	Outros	5 982,74	6 698,65	11 402,00	5 977,20	-48%
020114	Outro material-Peças	5 105,09	3 501,28	8 218,98	5 718,09	-30%
02010201	Gasolina	4 626,90	6 986,75	7 183,62	5 601,28	-22%
020117	Ferramentas e utensílios	1 128,74	2 360,51	1 940,32	3 308,25	71%
020111	Material de consumo clínico	6 870,57	2 365,47	3 590,25	3 232,65	-10%
020112	Material de transporte-Peças	5 390,82	4 961,40	3 788,93	3 053,58	-19%
020120	Material de educação, cultura e recreio	1 574,15	1 360,34	3 427,75	2 389,50	-30%
020109	Produtos químicos e farmacêuticos	2 425,95	2 264,99	1 876,33	1 894,21	1%
02011603	Outras	873,20	3 356,37	383,90	775,16	102%
020113	Material de consumo hoteleiro	872,98	304,04	2 742,04	760,24	-72%
020118	Livros e documentação técnica	75,00		83,20	77,60	-7%
02011601	Água	165 755,85				
020119	Artigos honoríficos e de decoração	12,02		276,75		-100%
Total		475 426,54	386 323,25	486 206,90	356 194,47	-27%

Assim em 2025, a **despesa paga** com **aquisição de bens** atingiu os 356 mil euros, tendo-se verificado uma diminuição no valor de 130 mil euros.

Para este aumento destaca-se a rubrica “**Alimentação-Refeições confeccionadas**”, com uma execução de 135 mil euros, tendo registado uma diminuição de 81 mil euros.

Evolução da despesa paga com aquisições de Serviços

Aquisição de Serviços	2022	2023	2024	2025	Δ 2024
Outros trabalhos especializados	424 383,19	386 453,55	547 426,63	545 157,39	0%
Encargos das instalações	513 915,36	459 460,13	849 967,75	498 817,93	-41%
Outros serviços	102 322,75	82 524,87	141 152,11	68 150,62	-52%
Limpeza e higiene	141,95	49 564,37	71 907,44	56 408,11	-22%
Publicidade	54 363,62	42 322,12	61 043,20	51 973,63	-15%
Seguros	33 953,86	34 215,61	35 976,98	35 210,74	-2%
Conservação de bens	22 496,13	15 989,03	20 816,23	22 145,86	6%
Transportes	74 207,83	52 830,28	37 158,22	19 743,18	-47%
Comunicações	16 553,65	19 132,58	23 668,10	19 656,72	-17%
Locação de outros bens	10 977,72	13 200,56	24 110,96	18 145,06	-25%
Locação de edifícios		1 250,00	2 911,20	16 837,69	478%
Encargos de cobrança de receitas	135,87	13 086,34	15 315,74	14 682,99	-4%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	29 474,12	37 144,89	26 890,73	12 261,50	-54%
Assistência técnica	14 403,57	15 094,88	25 117,15	10 255,68	-59%
Locação de material de transporte	5 973,71	7 298,58	8 203,91	7 867,83	-4%
Representação dos serviços	1 468,85	5 960,50	5 048,11	5 484,58	9%
Formação	17 115,30	20 224,90	5 690,72	5 393,35	-5%
Vigilância e segurança	5 768,15	4 518,43	5 003,80	5 230,62	5%
Deslocações e estadas	13 799,89	6 379,19	734,50	630,00	-14%
Total	1 341 455,52	1 266 650,81	1 908 143,48	1 414 053,48	-26%

No que concerne à despesa paga com **aquisição de serviços**, a mesma ascendeu ao valor de 1,414 milhões de euros, tendo-se verificado uma diminuição em cerca de 494 mil euros, relativamente ao período homólogo.

As grandes rubricas que contribuíram para a referida variação foram, a rubrica “**Outros trabalhos especializados**”, registando o valor de 545 mil euros, com o peso de 39%, tendo o valor sido igual ao registado em 2024.

Nesta rubrica destaca-se a aquisição dos serviços no âmbito:

- Atividades de enriquecimento Curricular: 18 mil euros;
- Projeto Teatro “Sardoal Mostra-se”: 25 mil euros;
- Atividades culturais do Município: 97 mil euros;
- Atividades culturais no âmbito da DGartes: 96 mil euros;
- Contrato de Manutenção com a software house: 68 mil euros;
- Contrato de Manutenção dos sistemas de climatização: 16 mil euros;
- Contrato de Aulas de Natação, Hidroginástica: 29 mil euros;
- Serviço de desinfestação espólio da Biblioteca Municipal: 24 mil euros;

Na rubrica “**Encargos com instalações**”, totalizando o valor de 499 mil euros, com um peso de 35%, tendo registado uma diminuição de 351 mil euros. Nesta rubrica consideram-se os pagamentos referente à eletricidade dos edifícios e iluminação pública, gás para piscina coberta e fornecimento de água, saneamento e resíduos sólidos.

A rubrica “**Outros serviços**”, registou o valor de 68 mil euros, com o peso de 5%, tendo diminuído em cerca de 73 mil euros. Também nesta rubrica destaca-se a aquisição dos serviços no âmbito:

- Atividades culturais do Município: 53 mil euros;
- Atividades culturais no âmbito da DGartés: 4 mil euros

1.3 Resultado orçamental

No quadro seguinte observa-se a receita total cobrada e a despesa total paga nos últimos quatro anos, bem como os respetivos saldos de gerência a incorporar no orçamento do ano seguinte.

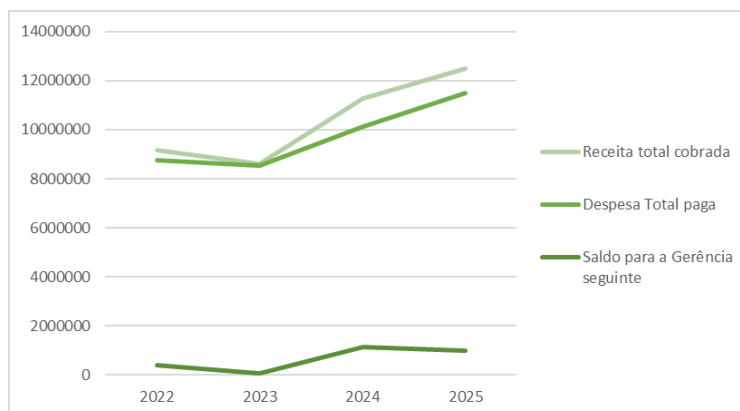
Como podemos verificar não existe uma variação consistente, sendo que o Município de Sardoal, e sabendo da existência de Dívida, tenta maximizar os pagamentos fazendo com que o saldo para a gerência seguinte seja diminuto.

Receita vs Despesa

Designação	2022	2023	2024	2025
Receita total cobrada	9 173 139,12	8 596 507,79	11 256 161,06	12 497 069,32
Despesa Total paga	8 765 863,27	8 520 643,74	10 116 341,29	11 498 829,76
Saldo para a Gerência seguinte	407 275,85	75 864,05	1 139 819,77	998 239,56

No gráfico seguinte é analisada a evolução da despesa total paga, da receita total cobrada e do respetivo saldo para a gerência seguinte, nos últimos quatro anos.

O saldo a transitar para a gerência de 2025 ronda os 998 mil euros.



1.4. Principais indicadores orçamentais

No quadro seguinte apresenta-se a evolução dos principais indicadores orçamentais.

Evolução dos principais indicadores orçamentais

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2025	2024
Da receita		
Impostos Directos / Receitas Correntes	8%	8%
Impostos Indirectos/Receitas Correntes	0,046%	0,030%
Transferências Correntes/Receitas Correntes	87%	87%
Transferências Capital/Receitas de Capital	65%	85%
Passivos Financeiros/Receitas de Capital	35%	15%
Receitas Correntes/Receitas Totais	62%	64%
Receitas Capital/Receitas Totais	29%	35%
Outras Receitas / Receitas Totais	9%	1%

Indicadores Orçamentais de Estrutura	2025	2024
Da Despesa		
Pessoal/Despesas Correntes	65%	57%
Aquisição de Bens e Serviços/Despesas Correntes	23%	29%
Transferências Correntes/Despesas Correntes	10%	11%
Aquisição de Bens de Investimento/Despesas de Capital	66%	60%
Transferências de Capital/Despesas de Capital	2,3%	1,6%
Passivos Financeiros/Despesas de Capital	26%	38%
Despesas Correntes/Despesas Totais	68%	81%
Despesas de Capital/Despesas Totais	32%	19%
Da capacidade Financeira		
Cobertura das Despesas pelas Receitas	1,087	1,113
Receitas Próprias de Funcionamento	10 017 387,31 €	8 627 600,78 €
Despesas Correntes + Passivos Financeiros	8 740 112,50 €	8 896 598,84 €
Prazo Médio Pagamentos - em dias	60	81

Em conclusão:

A **receita total** cobrada atingiu 12,497 milhões de euros dos 13,745 milhões de euros de receita corrigida, registada no fim do ano de 2025, apresentando uma execução de 91%. Do montante da receita total cobrada, 1,034 milhões de euros correspondem a **receitas próprias**, e 1,140 milhões de euros a **saldo transitado da gerência anterior**, e 9,058 milhões de euros de **transferências totais** e 1,266 milhões de euros de **passivos financeiros**.

Face a 2024, o exercício de 2025 encerra com uma diminuição de receita total cobrada, em termos absolutos, na ordem dos 571 mil euros.

No final de 2025, o **total da despesa paga** ascendeu a 11,499 milhões de euros, representando 84% do total orçamentado corrigido (13,745 milhões de euros).

O total dos **compromissos assumidos**, no final de 2025, alcançou os 12,594 milhões de euros face aos 11,667 milhões de euros apurados no ano de 2024.

2. Análise económico-financeira

Tal como já referido em anos anteriores, e no âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas segundo a contabilidade na base do acréscimo, à semelhança do que já acontecia no normativo anterior, de acordo com a estrutura concetual e as normas de contabilidade pública do sistema de normalização contabilística para as administrações públicas (SNC-AP).

De seguida iremos analisar o balanço e a demonstração de resultados, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Sardoal.

2.1. Balanço

Em 2025, o **Ativo** do Município de Sardoal atingiu os 24,610 milhões de euros, registando um aumento de 738 mil euros (3%).

De seguida faz-se uma breve análise às variações da estrutura do ativo.

Evolução do ativo

Componentes do Ativo	2025	2024	Δ 2024
Ativos fixos tangíveis	21 464 042,28	20 354 074,00	1 109 968,28 €
Ativos intangíveis	90 116,09	98 089,54	- 7 973,45 €
Participações financeiras	290 479,10	290 479,10	- €
Diferimentos..	9 689,35	3 889,35	5 800,00 €
Outras contas a receber.	436 424,11	354 664,67	81 759,44 €
Ativo não Corrente	22 290 750,93	21 101 196,66	1 189 554,27 €
Inventários	68 404,79	75 400,68	- 6 995,89 €
Devedores por transferências e subsídios não	143 769,48	572 145,86	- 428 376,38 €
Clientes, contribuintes e utentes	14 707,09	11 394,33	3 312,76 €
Estado e outros entes públicos	61 360,99	49 801,10	11 559,89 €
Outras contas a receber	908 102,03	816 415,85	91 686,18 €
Diferimentos...	11 895,81	7 763,86	4 131,95 €
Caixa e depósitos	1 110 972,96	1 237 671,24	- 126 698,28 €
Ativo Corrente	2 319 213,15	2 770 592,92	- 451 379,77 €
Ativo Total	24 609 964,08	23 871 789,58	738 174,50 €

O **Ativo não corrente** com o valor de 22,291 milhões euros representa 91% do total do ativo, tendo registado um aumento de 1,190 milhões de euros (6%). Esta variação justifica-se

nomeadamente pela rubrica **ativos fixos tangíveis** que representa 87% do total do ativo onde no ano de 2025 se registaram adições no valor de 2,260 milhões de euros, as depreciações do período registaram o valor 1,117 milhões de euros.

Em relação às **obras em Curso**, no ano de 2025, foram encerradas obras, no valor de 3,508 milhões de euros, registando um saldo final no valor de 508 mil euros. As obras encerradas destacam-se a Biblioteca Municipal no valor de 1,430 milhões de euros, os prédios da Tapada da Torre no valor de 1,245 milhões de euros, e Passagens hidráulicas da EN 244-3 no valor de 513 mil euros.

Em relação ao **Ativo corrente**, com o valor de 2,319 milhões de euros, com o peso de 9%, registou uma diminuição de 16%, no valor de 451 mil euros. Para esta diminuição contribui a rubrica **Devedores por transferência e subsídios não reembolsáveis** que sofreu uma redução em cerca de 428 mil euros, face ao ano de 2024, sendo o mesmo justificado pelo ressarcimento de verbas no valor de 139 mil euros referente ao acerto final da candidatura da Biblioteca Municipal, e no valor de 290 mil euros referente ao pedido de reembolso da candidatura Habitação 1º Direito, Prédios da Tapada da Torre, que estavam em dívida no ano de 2024.

A rubrica **Outras Contas a receber**, totaliza o valor de 908 mil euros, registando um aumento no valor de 92 mil euros.

De salientar ainda e apesar da rubrica **Clientes, contribuintes e utentes** apresentar um valor líquido de 15 mil euros, na mesma está considerada a verba de 889 mil euros referente a perdas por imparidades acumuladas, onde está inscrito o valor de 798 mil euros referente à venda da Barragem da Lapa.

A rubrica **Caixa e depósitos** com o valor de 1,111 milhões de euros, registou uma diminuição no valor de 127 mil euros.

De salientar que referente ao valor mencionado, 795 mil euros é verba consignada a projetos, a saber:

- Condomínio das Aldeias – 97 mil euros;
- Habitação de custos acessíveis (Fonte da Estrada) – 647 mil euros;
- Modernização da infraestrutura tecnológica dos equipamentos culturais – 45 mil euros;
- Prestação de Empréstimo ao BEI - € 5.578,91;

Em relação ao **Passivo**, o Município de Sardoal fechou o ano com um valor de 8,529 milhões de euros, sendo constituído em 72% por **Passivo não corrente** e em 28% por **Passivo corrente**. De seguida pode verificar-se a evolução das suas rubricas.

Evolução do Passivo

Componentes do Passivo	2025	2024	Δ 2024
Provisões	70 168,60	70 168,60	- €
Financiamentos obtidos	3 247 727,69	2 744 838,39	502 889,30 €
Fornecedores			- €
Diferimentos....	2 678 878,72	4 217 036,69	- 1 538 157,97 €
Outras contas a pagar	112 424,00	96 498,61	15 925,39 €
Passivo não Corrente	6 109 199,01	7 128 542,29	- 1 019 343,28 €
Credores por transferências e subsídios não re	50 371,91	17 890,69	32 481,22 €
Fornecedores.	567 183,51	365 332,14	201 851,37 €
Estado e outros entes públicos.	134 094,73	85 077,05	49 017,68 €
Financiamentos obtidos.	458 686,56	646 904,70	- 188 218,14 €
Fornecedores de investimentos	204 968,65	637 364,53	- 432 395,88 €
Outras contas a pagar.	614 653,44	768 489,60	- 153 836,16 €
Diferimentos.	389 387,89	157 620,67	231 767,22 €
Passivo Corrente	2 419 346,69	2 678 679,38	- 259 332,69 €
Passivo Total	8 528 545,70	9 807 221,67	- 1 278 675,97 €

Comparando com o período homólogo, o total do passivo teve uma diminuição de 13%, sendo que, o **Passivo não corrente**, diminuiu 14%, no valor de 1,019 milhões de euros, e o **Passivo corrente** com uma diminuição de 10%, no valor de 259 mil euros, totalizando o uma o valor de 1,279 milhões de euros, face ao ano de 2024.

Em relação ao **Passivo não corrente** verifica-se que na rubrica **Provisões** se mantém igual ao ano transato, de referir ainda que o valor inscrito na referida rubrica é referente a um processo instaurado pelo IFAP, processo nº 1304/18.1 BELRA, solicitando a restituição de reembolso no valor de 70.168,60 mil euros (PRODER- Ação 2.3.1./ Sub_ação 2.3.1.1. – Defesa da Floresta contra incêndios – Operação 020000029073), cuja a sentença foi proferida em 10.02.2025, que julgou o pedido da ação totalmente procedente e, em consequência, anulou o ato administrativo do IFAP que impunha a devolução das verbas acima referidas.

Mais se informa que IFAP apresentou recurso em 09.03.2025 e prestou caução para o recurso ter efeito suspensivo sobre a sentença proferida, estando a decorrer o prazo para o Município contra-alegar.

Em relação à rubrica "**Financiamentos Obtidos**" verifica-se que a mesma regista um aumento no valor de 503 mil euros.

Durante o ano de 2025 foram feitos reembolsos no valor de 796 mil euros, referente às seguintes Empreitadas:

- Reabilitação de Passagens Hidráulicas e pavimentação rua Dr.º David Serras Pereira – 547 mil euros;
- Creche Municipal – 61 mil euros;

- Diversas Obras (Depressão Elsa e Fabien) e Pavimentação de Pisão e Tojeira: 189 mil euros;

Em relação à rubrica “**Diferimentos**”, a mesma apresenta um valor de 2,679 milhões de euros, registando uma diminuição no valor de 1,538 milhões de euros face ao ano anterior. De referir que esta rubrica inclui as transferências obtidas em que o rendimento ainda não foi reconhecido, sendo o mesmo a mais de 12 meses. Os projetos são os seguintes:

- Habitação de custos acessíveis (Fonte da Estrada) – 647 mil euros;
- Modernização da infraestrutura tecnológica dos equipamentos culturais – 45 mil euros;
- Creche Municipal – 59 mil euros;

Nesta mesma rubrica é ainda incluído os acordos de concessão, a saber:

- Águas de vale do tejo, S.A – Infraestruturas em alta – 322 mil euros;
- E-Redes, S.A – 1,602 milhões de euros.

O **Passivo corrente**, registou o valor de 2,419 milhões de euros, com uma diminuição 259 mil euros.

A rubrica “**Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis concedidos**” que registou um aumento de 32 mil euros face ao ano anterior, fixando-se nos 50 mil euros. Nesta rubrica estão incluídas as seguintes dívidas:

- Associações do Concelho - 12 mil euros;
- CIMT – 18 mil euros;
- Tejo Ambiente – 21 mil euros.

As rubricas “**Fornecedores**”, e “**Estado e outros entes públicos**”, registaram aumentos nos valores de 202 mil e 49 mil euros respetivamente.

Em sentido inverso a rubrica “**Fornecedores Investimento**”, regista uma diminuição no valor de 432 mil euros face ao ano anterior, fixando-se no valor de 205 mil euros.

Também a rubrica “**Financiamento Obtidos**”, regista uma diminuição de 188 mil euros, referindo-se às amortizações de empréstimos a realizar durante o ano de 2026, justificando-se a diminuição pelo facto de, em 2025, ter sido feito uma amortização extraordinária referente ao empréstimo da Biblioteca Municipal, bem como o término da amortização de dois empréstimos.

A rubrica “**Diferimentos**”, apresenta um valor de 389 mil euros, registando um aumento no valor de 232 mil euros face ao ano anterior. Nesta rubrica inclui-se as transferências obtidas a curto prazo, em que os rendimentos serão registados no ano de 2026 e ainda os acordos de concessão de serviços também a considerar no referido ano, a saber:

- Adiantamentos de candidaturas no âmbito do IEF – 12 mil euros;
- Adiantamentos da candidatura do Radar Social – 47 mil euros;
- Fundo Ambiental – Condomínios de Aldeia – 108 mil euros;
- Reabilitação da Igreja Matriz de Sardoal – 183 mil euros;
- PEDIME – 19 mil euros;
- Contrato de Concessão – Águas de Lisboa e Vale Tejo, S.A (CP) – 20 mil euros.

Os **Fundos Próprios** que se fixaram no valor de 16,081 milhões de euros, tendo registado um aumento no valor de 2,017 milhões de euros.

Para este aumento destaca-se a rubrica “**Resultados Transitados**”, registaram uma diminuição no valor de 330 mil euros face ao ano anterior, sendo o valor referente ao **Resultado líquido do exercício** do ano anterior.

A rubrica “**Outras variações no Património Líquido,**” totalizam 15,328 milhões euros, tendo registado um aumento no valor de 2,564 milhões de euros, sendo que as variações se justificam na sua grande maioria, da seguinte forma:

- **Aumentos** - Totalizaram o valor de 3,251 milhões de euros
 - Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) – 364 mil euros;
 - Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013 – 878 mil euros;
 - Serviços e Fundos autónomos – IHRU – 1,026 milhões de euros;
 - Fundos Comunitários (FEDER) – 925 mil euros;
 - Fundos Comunitários (Outros) – 4 mil euros;
 - Aumento dos subsídios referente ao contrato da conceção da E-Redes – 54 mil euros;
- **Diminuições** - Totalizaram o valor de 671 mil euros
 - Imputação de subsídios e transferências para investimento – 671 mil euros;
- **Regularizações** - Totalizaram o valor de 15 mil euros
 - Desanexação do terreno da Taberna Seca – 15 mil euros.

O **Resultado líquido do período**, no valor negativo de 547 mil euros, com uma variação negativa no valor de 217 mil euros, face ao período homólogo.

Evolução dos Fundos Próprios

Componentes dos Fundos Próprios	2025	2024	Δ 2024
Património/Capital	17 152 629,19	17 152 629,19	- €
Reservas	4 261 741,52	4 261 741,52	- €
Resultados transitados	-20 135 663,47	-19 805 742,27	- 329 921,20 €
Ajustamentos em ativos financeiros	21 519,00	21 519,00	- €
Outras variações no Património Líquido	15 328 288,91	12 764 341,67	2 563 947,24 €
Resultado líquido do período	-547 096,77	-329 921,20	- 217 175,57 €
Total dos Fundos Próprios	16 081 418,38	14 064 567,91	2 016 850,47 €

2.2. Demonstração de resultados

O **Resultado líquido do período** é **negativo**, e ascende a cerca de 547 mil euros, sendo que o mesmo diminui, face ao ano anterior, em cerca de 217 mil euros.

Falando agora sobre as componentes da demonstração de resultados, **os rendimentos**, em 2025 foram de 8,893 milhões de euros para um nível de gastos de 9,440 milhões de euros, tendo-se verificado, aumentos em cerca de 7% nos rendimentos e de 9% nos gastos, mais 552 mil e 769 mil euros, respetivamente.

Apresenta-se, de seguida, a análise aos rendimentos de 2025.

Evolução dos Rendimentos

Rendimentos	2025	2024	Δ 2024	Δ 2024 (valor)
Impostos, contribuições e taxas	621 902,26	586 978,73	6%	34 923,53
Vendas	3 886,74	644,79	503%	3 241,95
Prestações de serviços e concessões	327 424,70	381 193,30	-14%	-53 768,60
Transferências e subsídios correntes obtidos	6 983 406,35	6 259 291,22	12%	724 115,13
Trabalhos para a própria entidade	8 020,43	23 813,52	-66%	-15 793,09
Outros rendimentos	942 809,40	1 076 338,38	-12%	-133 528,98
Rendimentos/Gastos imputados de entidades cor				
Juros e rendimentos similares obtidos	5 764,39	12 886,29	-55%	-7 121,90
Total de Proveitos	8 893 214,27	8 341 146,23	7%	552 068,04

Os **Rendimentos** ascenderam a 8,893 milhões de euros, registando um aumento de 7%, o que representa em termos absolutos, uma variação no valor de 552 mil euros.

A rubrica “**Impostos, contribuições e taxas**” com o valor de 622 mil euros, registou um aumento de 6%, que equivale a uma variação no valor de 35 mil euros, conforme podemos ver no mapa abaixo:

Prestações de serviços e concessões	2025	2024	Variação
Impostos diretos	468 054,41 €	449 293,67 €	18 760,74 €
Derrama	42 402,00 €	39 778,00 €	2 624,00 €
Imposto municipal sobre imóveis	317 939,00 €	305 954,00 €	11 985,00 €
Imposto único de circulação	107 713,41 €	103 561,67 €	4 151,74 €
Impostos indiretos	2 335,25 €	1 889,92 €	445,33 €
Loteamentos e Obras	372,74 €	- €	372,74 €
Ocupação da Via Pública	95,31 €	81,19 €	14,12 €
Publicidade	233,45 €	147,55 €	85,90 €
Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	1 404,00 €	1 381,20 €	22,80 €
Outros	229,75 €	279,98 € -	50,23 €
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas	124 169,90 €	116 134,74 €	8 035,16 €
Taxas, multas e outras penalidades	23 848,44 €	17 793,27 €	6 055,17 €
Loteamentos e obras	7 969,67 €	7 928,21 €	41,46 €
Ocupação da via pública	9 916,78 €	3 551,82 €	6 364,96 €
Outras	5 961,99 €	6 313,24 € -	351,25 €
Multas e outras penalidades	3 494,26 €	1 824,03 €	1 670,23 €
Juros de Mora - Rendas	400,21 €	515,52 € -	115,31 €
Juro de Mora - Outros	2 805,01 €	892,12 €	1 912,89 €
Juros compensatórios	289,04 €	416,39 € -	127,35 €
Total	621 902,26	586 935,63	34 966,63 €

A rubrica “**Prestações de serviços e concessões**” totaliza o valor de 327 mil euros, registando uma diminuição no valor de 54 mil euros, decompondo-se da seguinte forma:

Prestações de serviços e concessões	2025	2024	Variação
Serviços específicos das autarquias locais			
Transportes efetuados pelos Bombeiros ou Ambulâncias	34 575,27 €	19 544,07 €	15 031,20 €
Cemitérios	17 336,71 €	9 014,22 €	8 322,49 €
Serviços Desporto	56 849,33 €	50 799,76 €	6 049,57 €
Serviços Culturais	18 332,48 €	13 639,91 €	4 692,57 €
Trabalhos por Conta de Particulares	6 871,32 €	4 240,43 €	2 630,89 €
Outros serviços sociais	3 006,94 €	2 144,90 €	862,04 €
Outros	695,67 €	354,31 €	341,36 €
Transportes Escolares	103,35 €	291,50 € -	188,15 €
Senhas de refeições escolares	11 451,11 €	14 306,52 € -	2 855,41 €
Habitação Social	19 249,87 €	22 997,52 € -	3 747,65 €
Atividades tempos livre, jardins de infância e creches	4 526,75 €	18 820,40 € -	14 293,65 €
Concessões			
Serviço de fornecimento de água	26 029,34 €	25 245,54 €	783,80 €
Outros subcontratos ou concessões	115 438,90 €	184 570,47 € -	69 131,57 €
Outros serviços			
Aluguer de Espaços	12 724,46 €	14 399,16 € -	1 674,70 €
Limpeza Terrenos P/Subst aos Proprietários	233,20 €	824,59 € -	591,39 €
Total	327 424,70	381 193,30	-53 768,60

Como podemos verificar, no mapa acima as rubricas que se destacaram positivamente foram as rubricas **“Transportes efetuados pelos Bombeiros ou Ambulâncias”** e **“Cemitérios”**.

Em sentido inverso a rubrica **“Concessões – E-Redes”** com uma diminuição de 69 mil euros.

A rubrica **“Transferências e subsídios correntes obtidos”** com o valor de 6,983 milhões de euros, registando um aumento de 12%, o que equivale ao valor de 724 mil euros. Abaixo apresenta-se mapa com a discriminação das componentes que constituem a referida componente:

Transferências e subsídios correntes obtidos

Transferências e subsídios correntes obtidos	2025	2024	Variação
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	955 243,00 €	617 243,25 €	337 999,75
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	3 275 429,00 €	3 353 608,00 €	-78 179,00
Fundo Social Municipal (FSM)	133 990,00 €	111 349,00 €	22 641,00
Participação no IRS	154 497,00 €	161 478,00 €	-6 981,00
Participação do IVA	76 579,00 €	26 811,00 €	49 768,00
Educação - IGEFE - Trf. Competências (Lei n.º 50/2018)	863 162,86 €	891 583,71 €	-28 420,85
Saúde - ARSLVT - Trf. Competências (Lei n.º 50/2018)	225 010,59 €	219 538,47 €	5 472,12
Ação Social- TRF competências (Lei n.º50/2018)	74 741,10 €	76 565,00 €	-1 823,90
IFAP - Gabinete Florestal	13 979,00 €	13 979,00 €	
AFN - Sapadores Florestais	61 600,00 €	61 600,00 €	
ANPC - Despesas Ext. c/ Fogos Florestais	16 062,88 €	16 794,22 €	-731,34
ANPC - Posicionamento de Meios- Alimentação	98,50 €	136,40 €	-37,90
INEM - Posto de Emergência Médica (PEM)	105 120,00 €	77 330,93 €	27 789,07
ANPC - DECIR	189 887,39 €	232 210,95 €	-42 323,56
CEI e CEI+	65 291,04 €	57 244,40 €	8 046,64
EAAE (Emprego Apoiado)	54 136,38 €	35 026,31 €	19 110,07
ANEPC - Protocolo Brigada de Aérodromo (SBA) (S-1591)	- €	1 530,00 €	-1 530,00
ICNF- EQUIPAMENTO	- €	8 132,00 €	-8 132,00
Radar Social	54 031,46 €	32 350,82 €	21 680,64
Outros	89 438,26 €	48 153,81 €	41 284,45
Serviços e Fundos Autónomos	- €	153 037,40 €	-153 037,40
Administração Local	2 448,07 €	3 045,62 €	-597,55
Segurança Social	233 871,10 €	- €	233 871,10
Resto do Mundo	94 183,58 €	10 542,93 €	83 640,65
Serviços e Fundos Autónomos	50 000,00 €	50 000,00 €	
Cand. Aldeia 02/C08101/2022	68 457,72 €	- €	68 457,72
Cand. Aldeia 04/C08101/2023	46 861,96 €	- €	46 861,96
Fonte da estrada custos acessíveis	31 104,47 €	- €	31 104,47
Requalificação da Igreja Matriz	48 181,99 €	- €	48 181,99
Total	6 983 406,35	6 259 291,22	724 115,13

Para o referido aumento, destaca-se o aumento da rubrica **“Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013”**, totalizando o valor de 955 mil euros, com um aumento de 338 mil euros.

Em segundo lugar encontramos a rubrica **“Participação do IVA”** com aumento de 50 mil euros.

Em sentido contrário, destaca-se a rubrica **“Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)”**, que registou uma diminuição no valor de 78 mil euros, totalizando 3,275 milhões de euros.

No mapa acima verificamos que a rubrica **“Segurança Social”** regista um valor de 234 mil euros, sendo que em 2024 o valor é nulo, mas em sentido contrário, verifica-se que a rubrica **“Serviços e Fundos Autónomos”**, no ano de 2024 regista o valor de 153 mil euros. De salientar que os valores em causa têm o mesmo âmbito uma vez que as receitas se destinam a financiar a Creche Municipal. Assim podemos concluir que o financiamento para a valência em apreço registou um aumento em cerca de 80 mil euros face ao ano de 2024.

A rubrica **outros rendimentos** com o registo de 943 mil euros, diminuiu em cerca de 134 mil euros, destacando-se a rubrica **“Correções relativas a períodos anteriores”** com redução no valor de 191 mil euros, totalizando 49 mil euros. De referir que a tipologia da variação de correções foram as seguintes:

- Correções de impostos diretos – 5 mil euros;
- Correções de estimativas – 24 mil euros;
- Outras correções – 162 mil euros.

Em sentido inverso, a rubrica **“Imputação de subsídios e transferências para investimentos”** regista um aumento no valor de 71 mil euros, totalizando 671 mil euros.

Efetuando uma análise, em termos absolutos, aos **gastos** de 2025, podemos concluir que houve um aumento de 769 mil euros, face ao ano de 2024.

Evolução dos Gastos

Gastos	2025	2024	Δ 2024	Δ 2024 (valor)
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	65 975,65	59 251,59	11%	6 724,06
Fornecimentos e serviços externos	1 905 276,86	1 808 226,43	5%	97 050,43
Gastos com pessoal	5 062 625,25	4 486 976,62	13%	575 648,63
Transferências e subsídios concedidos	1 059 187,74	778 498,41	36%	280 689,33
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	401,37	7 176,38	-94%	-6 775,01
Outros gastos	125 189,96	284 195,38	-56%	-159 005,42
Gastos/reversões de depreciação e amortização	1 125 258,34	1 088 133,82	3%	37 124,52
Juros e gastos similares suportados	96 395,87	158 608,80	-39%	-62 212,93
Total dos Gastos	9 440 311,04	8 671 067,43	9%	769 243,61

A rubrica “**Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos**” com o valor de 66 mil euros, com uma redução de 7 mil euros face ao ano de 2024.

A rubrica “**Fornecimentos e serviços externos**” com o valor de 1,905 milhões de euros, tendo registado um aumento no valor de 97 mil euros. Para uma melhor clarificação referente às alterações verificadas, abaixo apresenta-se o seguinte mapa com as sub-rubricas que se destacam:

Fornecimentos e serviços externos	2025	2024	Variação
Rendas e alugueres	125 818,54 €	88 374,77 €	37 443,77 €
Eletricidade	218 470,45 €	188 004,75 €	30 465,70 €
Água	183 169,55 €	157 370,40 €	25 799,15 €
Serviços de Educação	69 831,97 €	56 033,95 €	13 798,02 €
Ensaio e Análises Técnicas	15 484,11 €	3 913,88 €	11 570,23 €
Gás - Outros	18 884,63 €	7 413,74 €	11 470,89 €
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	17 512,55 €	8 423,01 €	9 089,54 €
Limpeza, higiene e conforto	63 570,76 €	55 145,80 €	8 424,96 €
Projetos e serviços de informática	78 868,16 €	71 895,81 €	6 972,35 €
Trabalhos de impressão	7 277,44 €	427,51 €	6 849,93 €
Tratamento de RSU's	12 009,68 €	5 453,00 €	6 556,68 €
Conservação e reparação de ativos fixos - Viaturas	24 043,37 €	18 323,80 €	5 719,57 €
Outros honorários	25 214,80 €	20 735,14 €	4 479,66 €
Transportes Escolares	8 852,97 €	15 585,55 €	- 6 732,58 €
Vestuário e artigos pessoais	6 416,50 €	13 442,04 €	- 7 025,54 €
Conservação e reparação de ativos fixos - Equipamentos	14 072,16 €	22 374,15 €	- 8 301,99 €
Iluminação Pública	93 743,95 €	104 713,42 €	- 10 969,47 €
Outros serviços especializados	4 030,00 €	15 218,61 €	- 11 188,61 €
Publicidade, comunicação e imagem	47 621,73 €	62 489,27 €	- 14 867,54 €
Cantinas escolares - refeições confeccionadas	156 318,31 €	188 071,63 €	- 31 753,32 €

Os **gastos com o pessoal** que ascenderam a cerca de 5,063 milhões de euros, tendo um peso de 54% do total dos gastos, registando um aumento de 13%, no valor de 576 mil euros face a 2024. Para tal destacaram-se as seguintes rubricas:

- Pessoal em regime de nomeação definitiva e contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com aumento de 303 mil euros;
- Pessoal em regime de contrato individual de trabalho a termo resolutivo certo, com aumento de 21 mil euros;
- Subsídio de Natal, com aumento de 40 mil euros;
- Subsídio de Férias, com aumento de 17 mil euros;
- Suplementos e prémios, com aumento de 35 mil euros;
- Trabalho extraordinário, com aumento de 22 mil euros;

- Caixa Geral de Aposentações, com aumento de 30 mil euros;
- Segurança Social - Regime Geral, com aumento de 75 mil euros;
- Remunerações por doença, com aumento de 20 mil euros;

As justificações dos aumentos atrás mencionados foram motivadas pela celebração de novos contratos, mas também por imposições legislativas, a saber:

- Novos Postos de trabalho
 - 8 Assistentes Operacionais – 75 mil euros;
 - 3 Técnicos Superiores – CLDS – 67 mil euros;
 - 2 Técnicos Superiores – Radar Social – 14 mil euros;
 - 1 Técnico Superior – Descentralização Ação Social – 10 mil euros;
 - 1 Técnico Superior – Educadora Infância – 21 mil euros;
 - 1 Bombeiro Sapador – 15 mil euros;
- No âmbito Legislativo
 - Artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 84-F/2022 de 16 de dezembro, que aprovou medidas de valorização dos trabalhadores em funções públicas – 38 mil euros;
 - Decreto-Lei n.º 13/2024 de 10 de janeiro, medidas de valorização de trabalhadores da Administração Pública, neste caso aos Técnicos Superiores – 62 mil euros;
 - Decreto-Lei n.º 75/2026, de 9 de março, que altera o estatuto de pessoal dos bombeiros profissionais da administração local, nomeadamente alteração das remunerações base e criação do suplemento de condição de bombeiro sapador – 110 mil euros.

A estes valores acresce ainda o valor referente às contribuições para a segurança social, sendo a sua taxa de 23,75% - (412 mil euros x 23,75%) – 98 mil euros;

Em relação às **transferências e subsídios correntes concedidos** que ascenderam a 1,059 milhões de euros, com um aumento no valor de 281 mil euros comparativamente com 2024.

Abaixo apresenta-se o seguinte mapa, com a tipologia das transferências:

Transferências e Subsídios Concedidos	31/12/2025	31/12/2024	Δ 2024
Administração Central	- €	- €	
Administração Local	218 826,33 €	212 902,65 €	3%
Freguesias	77 903,00 €	67 927,00 €	15%
Associação de Municípios	45 199,55 €	48 673,71 €	-7%
Municípios	56 055,44 €	52 244,53 €	7%
Empresas Locais	39 668,34 €	41 557,41 €	-5%
Outros	- €	2 500,00 €	100%
Outros setores institucionais	547 744,02 €	507 963,72 €	8%
Instituições sem Fins Lucrativos	77 790,18 €	69 701,83 €	12%
Famílias	469 953,84 €	438 261,89 €	7%
Rede Solidária do Medicamento	1 350,00 €	675,00 €	100%
Ação Social	2 037,50 €	2 045,00 €	0%
Bolsa de estudo	10 700,00 €	10 300,00 €	4%
Apoio à Natalidade	5 614,66 €	6 416,24 €	-12%
Transportes Escolares		- €	
Emprego Apoiado	124 790,38 €	80 158,41 €	56%
Centro Emprego Inserção	101 097,96 €	99 673,52 €	1%
Decir	188 787,81 €	224 294,74 €	-16%
Outros	35 575,53 €	14 698,98 €	142%
Subsídios Correntes Concedidos	20 891,76 €	22 537,25 €	-7%
Instituições sem Fins Lucrativos	20 891,76 €	22 537,25 €	-7%
Transferência Capital Concedidas	77 119,49 €	35 094,79 €	120%
Administração Local	71 689,09 €	10 164,89 €	605%
Associação de Municípios	1 082,43 €	2 260,00 €	100%
Municípios	606,66 €	7 904,89 €	-92%
Freguesias	70 000,00 €	- €	
Outros setores institucionais	5 430,40 €	24 929,90 €	-78%
Instituições sem Fins Lucrativos	5 430,40 €	24 929,90 €	-78%
Outros subsídios e transferências de capital	194 606,14 €		
Total de Transferências e Subsídios Concedidos	1 059 187,74 €	778 498,41 €	36%

A rubrica **outros gastos**, com o valor de 125 mil de euros, registando uma diminuição no valor de 159 mil euros face ao ano de 2024. Nesta componente as **correções de relativas a períodos anteriores** registaram uma diminuição nesse mesmo valor face ao ano de 2024.

A rubrica **gastos/reversões de depreciações e amortização**, com o valor de 1,125 milhões de euros, registaram um aumento de 37 mil euros face ao ano de 2024.

Em relação aos **juros e gastos similares suportados**, registou-se uma diminuição no valor de 62 mil euros, totalizando o valor de 96 mil euros.

2.3. Indicadores económico-financeiros

Os rácios estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração dos resultados, para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo. De seguida encontram-se os principais indicadores económico-financeiros.

Indicadores		Rácio	2025	2024
Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo		0,65	0,59
Solvabilidade	Património Líquido/Passivo		1,89	1,43
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente		0,96	1,03
Liquidez Reduzida	(Ativo Corrente-Inventário)/Passivo Corrente		0,93	1,01
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Corrente		0,46	0,46
Rendimento do Património Líquido	Resultado Líquido/Património Líquido		-3%	-2%

No que respeita à análise económico-financeira do Município, os indicadores de 2025 revelam uma trajetória de consolidação da solidez patrimonial, apesar dos desafios sentidos na gestão da liquidez de curto prazo.

A **Autonomia Financeira** registou uma evolução positiva, fixando-se em 0,65, o que demonstra que 65% da estrutura de ativos é suportada por capitais próprios, conferindo à instituição uma maior independência face a financiamentos externos.

No mesmo sentido, o rácio de **Solvabilidade** ascendeu aos 1,89, confirmando uma capacidade robusta de cobertura do passivo total pelo património líquido.

No domínio da tesouraria, os indicadores de liquidez sofreram uma ligeira correção. A **Liquidez Geral** fixou-se em 0,96 e a **Liquidez Reduzida** em 0,93, valores que, situando-se marginalmente abaixo da unidade, sugerem uma gestão de tesouraria rigorosa e

condicionada pela calendarização de recebimentos e pagamentos. Contudo, a estabilidade da **Liquidez Imediata** em 0,46 assegura que o Município mantém meios financeiros líquidos para solver de imediato cerca de 46% das suas obrigações correntes.

Por último, o **Rendimento do Património Líquido** situou-se em -3%. Este desempenho, comum em entidades do setor público administrativo, reflete o impacto dos gastos de natureza não monetária, como as amortizações e provisões do exercício, sobre o resultado patrimonial, sem prejuízo do cumprimento das metas de equilíbrio orçamental e da sustentabilidade financeira a longo prazo evidenciada pelos restantes indicadores

2.4. Equilíbrio orçamental

De acordo com Lei das finanças locais, o **equilíbrio orçamental** pressupõe que a receita corrente bruta cobrada seja pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. É referido ainda que o resultado verificado pelo apuramento do saldo corrente deduzido das amortizações pode registar, em determinado ano, um valor negativo inferior a 5 % das receitas correntes totais, o qual é obrigatoriamente compensado no exercício seguinte.

Abaixo apresenta-se mapa com o cálculo do mesmo.

Equilíbrio art. 40.º Lei 73/2013	
Receita corrente cobrada bruta	
>=	
Despesa corrente + amortização média	
Receita corrente cobrada bruta	7 736 769,68
Despesa corrente	7 789 032,52
Amortizações médias	341 084,40
Valor a Compensar referente ao ano anterior	362 417,27
Equilíbrio	
Desequilíbrio	755 764,51
Limite -5% das receitas correntes*	386 838,48
*o excesso deverá ser compensado no ano seguinte (n.º3, art.º 40º)	

O Município de Sardoal encerrou o exercício de 2025 em situação de desequilíbrio orçamental nos termos do Art.º 40.º da Lei n.º 73/2013, registando um valor negativo de 755.764,51 €.

Este resultado decorre, em grande medida, da manutenção de uma estratégia política de forte investimento em pilares sociais e estruturantes — como a Educação, Ação Social,

Turismo e Cultura — cujos custos operacionais são classificados legalmente como despesa corrente, pressionando a margem de equilíbrio.

Adicionalmente, a execução de projetos financiados por Fundos Comunitários exigiu a assunção da respetiva contrapartida nacional. Dada a escassez de receitas próprias para este fim, o recurso a empréstimos tornou-se imperativo, refletindo-se no cálculo do equilíbrio através da componente das Amortizações Médias.

Da mesma forma, a necessária reabilitação da rede viária municipal, sem apoio de fundos comunitários, foi assegurada por financiamento bancário, o que, embora constitua um investimento no território, onera o rácio de equilíbrio corrente por via do serviço da dívida.

Não obstante o incumprimento pontual deste indicador, o Município reforça o seu compromisso com o rigor financeiro e a sustentabilidade a longo prazo. O desequilíbrio verificado em 2025 será objeto de monitorização estreita e medidas de ajustamento orçamental, visando a convergência para os limites legais nos exercícios subsequentes, sem comprometer a qualidade dos serviços públicos prestados à população.

2.5. Endívidamento Municipal

O limite da dívida é calculado de acordo com os artigos 52º e 54º da Lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, na sua redação atual, bem como, o nº 1 do artigo nº2 da Lei nº 35/2021, de 13 agosto.

No quadro seguinte apresenta-se a situação no ano de 2025 do Município de Sardoaal face ao limite da dívida total. O montante da dívida do Município em 31 de dezembro de 2025, não excedeu o limite de endividamento.

B. Receita corrente cobrada líquida (inclui a receita dos serviços municipalizados) (€)

Receita Corrente Líquida 2022	Receita Corrente Líquida 2023	Receita Corrente Líquida 2024	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)	(5)=(4)/3
6 109 085,83	6 306 304,57	7 248 345,43	19 663 735,83	6 554 578,61

C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais) :

*Limite da dívida total 2025 (1,5*média da receita cobrada líquida dos últimos três anos (Art.º 52 Lei n.º 73/2013))*

Limite da dívida total 9 831 867,92 €

D.Dívida total da autarquia (€)

Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent. Part	Dívida Total	Excluindo Não Orçamentais, capital excepcionado e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*40%
9 831 867,92	01/01/2025						
	4 614 008,68	11 566,41	4 625 575,09	3 543 716,53		6 288 151,39	2 515 260,56
	31/12/2025						
	4 800 095,78	28 437,05	4 828 532,83	3 670 838,28		6 161 029,64	n.a.
Variação da Dívida %							3,59
Variação do Excesso da Dívida %							0,00
Margem Disponível por Utilizar							2 388 138,81

Nota: n.a. - não aplicável

2.6. Dívida Global

Como se pode verificar no mapa seguinte a dívida total, excluindo a dívida das participadas, em 2025 ascende a 4,799 milhões de euros, registando um aumento de 186 mil euros, sendo que o **Passivo não corrente** contribui com 3,360 milhões de euros e o **Passivo corrente** com 1,439 milhões euros, tendo o primeiro registado um aumento no valor de 519 mil euros, e o segundo diminuição em cerca de 333 mil euros.

Evolução da dívida global

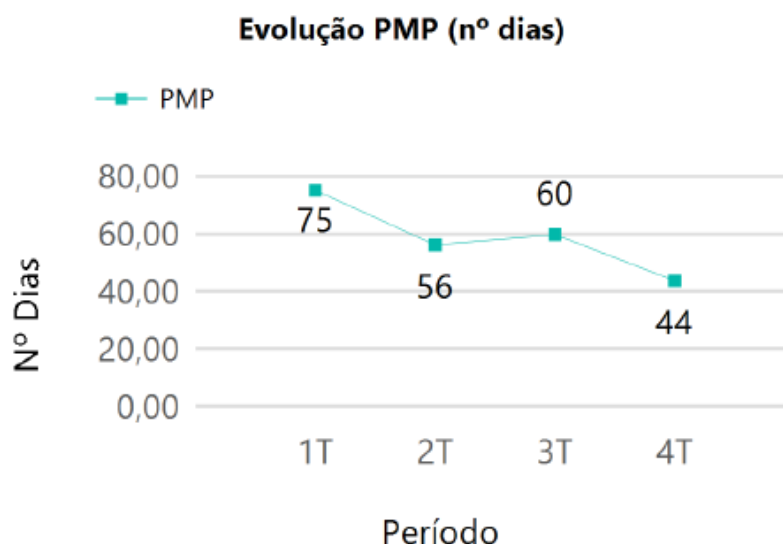
Divida Total	2025	2024	Diferença	Δ 2024
Financiamentos obtidos	3 247 727,69	2 744 838,39	502 889,30	18%
Fornecedores				
Outras contas a pagar	112 424,00	96 498,61	15 925,39	17%
Passivo não Corrente	3 360 151,69	2 841 337,00	518 814,69	18%
Credores por transferências e subsídios não r	50 371,91	17 890,69	32 481,22	182%
Fornecedores.	567 183,51	365 332,14	201 851,37	55%
Estado e outros entes públicos.	134 094,73	85 077,05	49 017,68	58%
Financiamentos obtidos.	458 686,56	646 904,70	-188 218,14	-29%
Fornecedores de investimentos	204 968,65	637 364,53	-432 395,88	-68%
Outras contas a pagar.	23 877,26	19 659,77	4 217,49	21%
Passivo Corrente	1 439 182,62	1 772 228,88	-333 046,26	-19%
Divida Total	4 799 334,31	4 613 565,88	185 768,43	4%

Em relação às justificações referente às variações registadas, as mesmas já foram dadas no capítulo do Balanço, no caso concreto o Passivo.

Mesmo assim destaca-se a diminuição da dívida da rubrica **Passivo Corrente** no valor de 333 mil euros.

2.6.1 Prazo médio de pagamentos

Em relação ao prazo médio de pagamentos, o mesmo é calculado conforme estipulado no despacho nº 9870/2009 de 13 de abril, sendo que à data de 31 dezembro de 2025, o mesmo registava um prazo de **44 dias** contra os 81 dias registados em 31 dezembro de 2024.



3.Contabilidade de Gestão

Tal como já referido no ano anterior e reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos, o Município tem trabalhado de forma a inverter algumas das fragilidades ainda existentes e assim como aperfeiçoar o apuramento de custos nesta área, agora no âmbito do SNC-AP, em vigor desde janeiro de 2021, nomeadamente no que se refere aos requisitos específicos do parágrafo 37 da NCP 27, que define divulgações específicas para as autarquias locais.

Trata-se de um processo que está em curso e que vai exigir uma adaptação do ERP financeiro, o qual até à data ainda não sofreu qualquer alteração.

Contudo, e considerando que o Município exerce uma atividade com reduzida diversidade de funções e custos, sendo os processos internos de planeamento, controlo e avaliação suficientemente suportados por instrumentos alternativos de controlo interno e gestão orçamental.

Adicionalmente, a ausência de requisitos legais ou regulamentares específicos que imponham a adoção plena da NCP 27, aliada à inexistência de riscos relevantes que exijam uma segregação e análise detalhada de centros de custo ou unidades de responsabilidade, fundamenta a não apresentação desta norma no contexto atual.

Apesar do exposto, a entidade reconhece a importância da contabilidade de gestão como ferramenta de apoio à decisão e está a avaliar a sua aplicação futura, em função da evolução das suas necessidades de gestão e da sua capacidade organizativa.

Assim no ano de 2022, já foi criado um plano, o qual se mantém para o exercício de 2025, tendo em conta as grandes rubricas dos Bens ou serviços, decompondo-se em quatro componentes:

- Mão de obra;
- Outros Custos;
- Depreciações;
- Custos Indiretos;

3.1. Análise de custos por bem ou serviço

Dando continuidade à metodologia implementada em 2024, o Município manteve em 2025 o foco na análise detalhada dos gastos por funções, em conformidade com a NCP 27 do SNC-AP.

Esta análise permite identificar o esforço financeiro real em cada área de intervenção, possibilitando uma visão clara sobre o custo efetivo dos serviços prestados à comunidade.

De acordo com o apuramento de custos de 2025, o custo total da atividade municipal fixou-se em 9,441 milhões de euros, destacando-se as seguintes áreas:

- **Administração Geral (23%):** Assume-se como a área com maior peso financeiro, totalizando 2,193 milhões de euros. Este valor engloba a estrutura de suporte necessária à governação e ao funcionamento transversal de todos os serviços municipais.
- **Educação (18%):** Com custos de 1,686 milhões de euros, esta área mantém a sua relevância estratégica. O ligeiro incremento face a 2024 consolida o esforço do Município na gestão das competências descentralizadas, especificamente no que toca à manutenção de edifícios escolares, transportes e refeições.
- **Proteção Civil e Bombeiros Municipais (16%):** Esta função representa um encargo de 1,551 milhões de euros. Sendo o corpo de bombeiros de natureza municipal, a componente de Mão de Obra direta é o principal motor deste custo (886.712,04€), evidenciando o investimento direto da Autarquia na manutenção de um corpo operacional profissional dedicado à segurança e socorro da população.
- **Património, Cultura e Ciência (14%):** Registou um gasto total de 1,281 milhões de euros. Apesar de uma ligeira descida face ao ano anterior, continua a refletir o dinamismo cultural e a aposta na valorização do património do Concelho.

Estrutura de Gastos:

É de salientar que a **Mão de Obra direta** representa cerca de 44% do custo total dos serviços (4,167 milhões de euros), o que demonstra que a prestação de serviços públicos no Município de Sardoal assenta fortemente no seu capital humano, especialmente nas áreas da Administração Geral, Educação e Bombeiros Municipais.

Gastos por Funções

Bem ou Serviço	Custos Diretos				Custos Indiretos			Custos Não Incorporáveis	Total dos Custos	Execução
	Mão de Obra	Outros Custos	Amortizações	Total dos Custos Diretos	Custos Indiretos	Amortizações	Total dos Custos Indiretos			
PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS	886 712,04 €	355 484,17 €	5 247,91 €	1 247 444,12 €	275 883,93 €	3 815,34 €	279 699,27 €	24 222,81 €	1 551 366,20 €	16%
EDUCAÇÃO	793 317,18 €	448 646,16 €	7 974,89 €	1 249 938,23 €	245 163,16 €	164 668,97 €	409 832,13 €	26 436,09 €	1 686 206,44 €	18%
SAÚDE	90 562,76 €	115 091,03 €	849,92 €	206 503,71 €	67 454,56 €	4 870,54 €	72 325,10 €	4 422,65 €	283 251,46 €	3%
AÇÃO SOCIAL	251 950,08 €	70 687,19 €	7 816,49 €	330 453,76 €	86 347,17 €	910,07 €	87 257,24 €	6 625,53 €	424 336,53 €	4%
HABITAÇÃO SOCIAL	2 361,94 €	13 915,44 €		16 277,38 €		30 417,12 €	30 417,12 €	740,65 €	47 435,14 €	1%
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	116 620,00 €	14 265,17 €	29,90 €	130 915,07 €		277,53 €	277,53 €	2 080,91 €	133 273,51 €	1%
AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO	24 316,98 €	132 457,61 €	189,60 €	156 964,19 €		61 625,64 €	61 625,64 €	3 467,17 €	222 057,00 €	2%
PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA	518 920,23 €	498 552,35 €	84 113,04 €	1 101 585,62 €	38 512,18 €	121 145,51 €	159 657,69 €	20 005,23 €	1 281 248,54 €	14%
TEMPOS LIVRES E DESPORTO	139 086,20 €	237 942,64 €	1 125,02 €	378 153,86 €	17 841,49 €	49 579,27 €	67 420,76 €	7 067,49 €	452 642,11 €	5%
INDÚSTRIA E ENERGIA	12 448,57 €	93 795,63 €		106 244,20 €		139 858,91 €	139 858,91 €	3 903,57 €	250 006,68 €	3%
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	23 539,33 €	19 729,41 €	4 144,13 €	47 412,87 €		220 829,72 €	220 829,72 €	4 254,73 €	272 497,33 €	3%
COMÉRCIO E TURISMO	104 908,49 €	56 987,95 €	3 302,45 €	165 198,89 €	55 201,03 €	38 730,59 €	93 931,62 €	4 110,20 €	263 240,71 €	3%
TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES	20 548,69 €	248 453,48 €		269 002,17 €				4 266,78 €	273 268,96 €	3%
ADMINISTRAÇÃO GERAL	1176 213,53 €	412 431,23 €	66 384,51 €	1 655 029,27 €	388 667,58 €	107 351,27 €	496 018,85 €	41 856,67 €	2 192 904,79 €	23%
OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	5 355,64 €	100 523,14 €		105 878,78 €				1 679,40 €	107 558,18 €	1%
Totais	4 166 861,66 €	2 818 962,60 €	181 177,86 €	7 167 002,12 €	1 175 071,10 €	944 080,48 €	2 119 151,58 €	155 139,88 €	9 441 293,58 €	100%

Evolução 2025 vs 2024

Código	Bem ou Serviço	2025	2024	Diferença
01	PROTEÇÃO CIVIL E BOMBEIROS	1 551 366,20 €	1 067 032,29 €	484 333,92 €
02	EDUCAÇÃO	1 686 206,44 €	1 677 656,19 €	8 550,25 €
03	SAÚDE	283 251,46 €	323 818,74 €	-40 567,27 €
04	AÇÃO SOCIAL	424 336,53 €	143 168,71 €	281 167,82 €
05	HABITAÇÃO SOCIAL	47 435,14 €	234 055,85 €	-186 620,70 €
06	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO	133 273,51 €	5 167,15 €	128 106,36 €
07	AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO	222 057,00 €	370 443,85 €	-148 386,85 €
08	PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA	1 281 248,54 €	1 342 922,95 €	-61 674,40 €
09	TEMPOS LIVRES E DESPORTO	452 642,11 €	517 731,78 €	-65 089,67 €
10	INDÚSTRIA E ENERGIA	250 006,68 €	351 886,39 €	-101 879,71 €
11	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	272 497,33 €	308 472,33 €	-35 975,00 €
12	COMÉRCIO E TURISMO	263 240,71 €	218 365,74 €	44 874,97 €
14	TRANSFERÊNCIAS PARA OUTRAS ENTIDADES	273 268,96 €	279 656,88 €	-6 387,92 €
16	ADMINISTRAÇÃO GERAL	2 192 904,79 €	1 367 811,57 €	825 093,21 €
20	OPERAÇÕES DA DÍVIDA PÚBLICA	107 558,18 €	462 958,90 €	-355 400,73 €
Totais		9 441 293,58 €	8 671 149,31 €	770 144,27 €

4.Lei dos compromissos e Pagamentos em atraso

A lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA), aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, estipula na redação atual do seu art.º 7.º que “A Execução Orçamental não pode conduzir, em qualquer momento, a um aumento dos pagamentos em atraso.”

Por pagamentos em atraso entendem-se as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato ou documentos equivalentes (alínea e) do art.º 3.º da referida lei.

O Município de Sardãoal à data de 31 dezembro de 2025, **não** apresentava pagamentos em atraso.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

Considerando que o resultado líquido do período é negativo no valor de 547.096,77 euros, propondo-se que o referido valor seja transferido para a conta “561 – Resultados Transitados (de períodos anteriores).

6. Acontecimentos após data do relato

Neste contexto, para além dos conflitos já transitados de 2025, ao nível internacional, o início do ano de 2026 ficou marcado por um contexto de instabilidade acrescida, tendo emergido um novo foco de tensão no Médio Oriente, com potenciais repercussões económicas significativas a nível global.

Atendendo à incerteza associada à evolução destes acontecimentos, não é, à data, possível estimar com fiabilidade o seu impacto futuro. Ainda assim, é expectável que estas dinâmicas possam vir a traduzir-se em pressões inflacionistas, nomeadamente ao nível dos bens, serviços e custos com pessoal, com eventuais efeitos negativos na atividade económica e financeira do Município.

Neste contexto, o Município do Sardoal não dispõe de informação suficiente que permita quantificar, com rigor, os impactos diretos destas circunstâncias, embora se admita que a sua evolução possa vir a influenciar o equilíbrio orçamental e financeiro, caso se verifique um agravamento do enquadramento macroeconómico.

Ao nível nacional, importa destacar duas situações com potencial relevância:

- Na sequência da Tempestade Kristin, ocorrida no final de janeiro de 2026, encontram-se ainda em curso os trabalhos de levantamento e quantificação dos danos provocados. Assim, não é possível, nesta fase, estimar com exatidão o impacto financeiro para o Município, uma vez que subsistem incertezas quanto ao apuramento integral dos prejuízos, à comparticipação por parte de seguradoras e ao eventual apoio a conceder pelo Estado ou por outras entidades.

Não obstante, importa referir que, através do Despacho n.º 4842-A/2026, de 14 de abril, foi determinado o reforço do Fundo de Emergência Municipal, bem como a atribuição de apoios financeiros aos municípios afetados, a título de adiantamento por conta dos contratos de auxílio financeiro a celebrar. Neste âmbito, foi atribuído ao Município do Sardoal um montante de 542 mil euros, o qual corresponde a um valor preliminar, calculado com base no apuramento inicial de danos e limitado a 50% dos mesmos.

Este montante reveste natureza provisória, podendo vir a ser ajustado em função da validação final dos prejuízos e da celebração dos respetivos contratos de auxílio financeiro, podendo, inclusivamente, implicar a devolução total ou parcial do valor recebido, nos termos legalmente previstos. Independentemente deste apuramento, entende o Executivo que tais ocorrências não colocam em causa a continuidade das operações do Município, ainda que possam implicar constrangimentos temporários ao normal funcionamento de algumas atividades.

- Adicionalmente, subsiste alguma incerteza relativamente à execução de projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), designadamente no que respeita à possibilidade de reprogramação, eventual necessidade de devolução de verbas já recebidas ou ao recebimento integral dos montantes aprovados. Não obstante, encontram-se em curso diligências por parte do Governo junto das instituições europeias com vista à resolução destas matérias, existindo uma expectativa razoável de mitigação dos impactos para as entidades beneficiárias, incluindo o Município do Sardoaal.

Em face do exposto, não foram identificados eventos subsequentes que exijam ajustamentos às demonstrações financeiras, pelo que as mesmas reuniram condições para a sua emissão e posterior encaminhamento ao órgão executivo para aprovação no dia 22/04/2026, após serem concluídos todos os registos contabilísticos de encerramento do exercício, designadamente especialização do exercício, apuramento de amortizações e depreciações, ajustamento dos subsídios ao investimento, registos de imparidades e provisões, entre outros.

Capítulo III – Reporting de atividades

O ano de 2025 foi marcado pela transição de ciclos eleitorais, pelo que o presente relatório espelha na sua globalidade a atividade de dois executivos, sendo que o atual é limitado ao último trimestre.

Desta forma, o desenrolar do ano ficou sujeito em grande parte à estratégia de investimento que estava espelhada no desenvolvimento do quadro comunitário, designadamente o Portugal 2030, o Plano de Recuperação e Resiliência e o Plano de Revitalização do Pinhal Interior.

A atividade dos Municípios, nas suas diversas áreas de intervenção, sofreu pressões muito substanciais, com impactos diretos e relevantes na sua gestão. Destacou-se o processo de descentralização e de valorização de carreiras com custos reais acrescidos, onde se inclui a

reclassificação das carreiras de bombeiros sapadores e acertos no posicionamento dos nossos recursos humanos, os quais nem sempre foram compensados pelo Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD). Neste âmbito destacamos igualmente os desafios no domínio do direito à habitação, em que os Municípios se viram obrigados a intervir sem o adequado e atempado financiamento.

Paralelamente, outras condicionantes continuaram a fazer-se sentir, nomeadamente o aumento do custo de vida, das matérias-primas e a escassez de mão-de-obra, fatores que contribuíram para a dilação dos prazos de conclusão das diferentes obras bem como a constatação dos concursos desertos que obrigaram a reavaliação das intenções de projetos.

Destacamos igualmente os diversos fenómenos meteorológicos extremos que afetaram o nosso território, tais como o tornado ocorrido em maio e a depressão Cláudia ocorrida em novembro, tendo esta última provocado inúmeros danos em infraestruturas e equipamentos públicos e privados, aguardando-se ainda a reposição/reparação de muitos deles. Foi neste contexto de especial exigência e disponibilidade permanente que decorreu o ano de 2025, sobretudo o último trimestre.

Ainda assim e não obstante as diversas intervenções materiais realizadas, continuou a ser assegurada a promoção da qualidade de vida dos Sardoalenses, incluindo áreas como a Ação Social, a Educação, a Cultura e Desporto, a Proteção Civil e o apoio ao Associativismo, entre outras adiante descritas.

Foi dada igualmente especial atenção às franjas mais vulneráveis da comunidade, designadamente aos mais expostos socialmente e financeiramente, procurando mitigar os efeitos de uma conjuntura particularmente adversa. Para cumprir este objetivo assinalamos a intervenção de proximidade dos projetos Radar Social e Terra.Pura Sardoal 5G (CLDS).

No âmbito das obras materiais referidas e não obstante a menção que lhes é efetuada mais à frente, destacamos a conclusão da requalificação e apetrechamento do Externato Rainha Santa Isabel acolhendo neste momento a nova Biblioteca Municipal, a requalificação dos prédios da Tapada da Torre (Parceria com o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – IHRU) bem como o início da nova Creche Municipal, obra com expressão significativa no esforço orçamental do Município.

No âmbito da requalificação urbana e mobilidade, destacamos a requalificação dos sanitários públicos na Rua Bivar Salgado, a requalificação do Cemitério de Andreus, com a dotação do mesmo equipamento básico e a requalificação da Rotunda do Ribeiro Barato com a implementação de uma intervenção artística efetuada totalmente pelos serviços

municipais. No âmbito da mobilidade destaca-se a conclusão da pavimentação de Pisão e Tojeira, a repavimentação da Rua Dr. David Serras Pereira em Sardoaal e da Rua do Campo de Futebol em Alcaravela. Esta última complementou a intervenção efetuada na requalificação do Campo de Futebol de Alcaravela, participada pelo Município.

Também é merecedor de destaque o início da requalificação da Igreja Matriz, monumento de inestimável valor patrimonial, material e imaterial, para o Concelho e para o território.

O presente documento apresenta o reporte da situação económica e financeira resultante da execução das atividades desenvolvidas ao longo do ano, inscritas nas Grandes Opções do Plano e nas diferentes dotações corrigidas em orçamento.

1.1 Das Funções Gerais da Administração Autárquica

- ✓ No período em análise, foi promovido o desenvolvimento dos trabalhadores, reconhecendo-se a relevância das suas competências para o desempenho. Neste contexto, a formação dos recursos humanos foi sendo considerada ao longo do ano, procurando-se promover ações sempre que oportuno. Importa ainda referir que a maioria das ações de formação foi desenvolvida em estreita articulação com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo bem como outras pontuais de iniciativa e articulação com os recursos humanos interessados.
- ✓ Com a descentralização de competências, reforçou-se a importância das políticas de proximidade, tendo assumido particular relevância a partilha de responsabilidades entre diferentes entidades, designadamente o Estado Central e as Freguesias do Concelho. As condições que disponibilizamos, não só para os nossos trabalhadores assim como para os munícipes, têm vindo a ser alvo de intervenções visando as melhores condições não só físicas como na modernização de equipamentos no âmbito da modernização administrativa;
- ✓ No domínio da **Proteção Civil e Segurança Pública**:
 - Foram garantidas todas as ações de proteção e socorro pelos Bombeiros Municipais de Sardoaal, não só no nosso Concelho como em diferentes regiões do nosso País;
 - Foram acompanhadas todas as ações preventivas e de mitigação de riscos existentes no território, com especial enfoque nas ações desenvolvidas na proteção, socorro e recuperação aquando das ocorrências de tornado (maio) e da depressão Cláudia (novembro);
 - Foram implementadas as diferentes ações previstas no Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil;

- Celebrou-se o “Mês da Proteção Civil”, desenvolvendo atividades junto da população, nomeadamente da comunidade escolar;
- Foi garantida a capacidade operacional do Corpo de Bombeiros, tanto ao nível de recursos humanos, como de veículos e equipamentos de proteção;
- Foi promovida a substituição de recursos materiais e equipamentos de intervenção, procurando a melhoria operacional do Corpo de Bombeiros;
- O Município colaborou com a ANEPC no âmbito dos dispositivos de prevenção e socorro implementados no nosso território, assim como do Centro de Meios Aéreos;
- O Município colaborou com a UEPS (GNR) na operacionalização do Posto de Intervenção de Proteção e Socorro (PIPS) do Centro de Meios Aéreos de Sardãoal;
- Procedeu-se à operacionalização dos programas “Aldeias Seguras, Pessoas Seguras”.

As atividades realizadas foram em estreita colaboração com os parceiros privilegiados neste âmbito como é o caso do ICNF, GNR, ANEPC e INEM.

1.2 Das Funções Sociais

No domínio da **Educação**:

- A ação no âmbito das políticas locais incidiu de forma especial na área da Educação, tendo sido estabelecidas diversas parcerias, designadamente com o Agrupamento de Escolas de Sardãoal e com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, entre outras entidades;
- Foram assegurados os programas da Componente de Apoio à Família (CAF), Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);
- Deu-se continuidade, em parceria com a Federação Portuguesa de Futebol, à implementação do projeto “A Hora do Super Quinas” no âmbito das AEC;
- Disponibilizou-se o programa “Escola Virtual” a todos os alunos do 1.º e 2.º Ciclos;
- Manteve-se a participação da participação na Rede de Escolas de Excelência;
- Continuou-se o processo de revisão da Carta Educativa e ao desenvolvimento do Plano Estratégico de Educação;
- Foi novamente implementado o projeto Educação pela Arte para os alunos do 1.º Ciclo (2º semestre do ano letivo);
- Deu-se continuidade ao projeto T-Code – Literacia Digital, destinado aos alunos do 1.º Ciclo;

- Realizou-se a visita de estudo ao estrangeiro com os alunos do ensino secundário, em articulação com o Agrupamento de Escolas;
 - Apoiou-se o desenvolvimento do Plano Anual de Atividades, nomeadamente através da disponibilização de transporte para visitas de estudo de âmbito curricular;
 - Procedeu-se à majoração o apoio atribuído no âmbito da Ação Social Escolar;
 - Foi iniciado o procedimento para a implementação do projeto PEDIME IV com o Agrupamento de Escolas de Sardoaal;
 - Assegurou-se a continuidade da oferta de refeições a todos os alunos, desde a Creche até ao 3.º Ciclo do Ensino Básico;
 - Apoiou-se o Agrupamento de Escolas na criação de mais duas salas de aula, uma para o 1.º Ciclo e outra para o Ensino Secundário Profissional, através da aquisição de equipamento e contentores modulares.
- ✓ No domínio dos **Serviços Individuais de Saúde e Ação Social:**
- Ao nível da **Educação:**
 - Deu-se início à empreitada da Creche Municipal;
 - Assegurou-se a continuidade ao programa do regime da fruta escolar;
 - Assegurou-se os transportes escolares nos dois circuitos obrigatórios e no período do meio do dia;
 - Foram desenvolvidas atividades de tempos livres (Férias Desportivas) no período de interrupção letiva no verão e nas férias intercalares de Páscoa;
 - Realização do ATL de Verão, em parceria com a Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Sardoaal;
 - Foram atribuídas Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior;
 - Atribuição de Prémios de Mérito aos alunos do Ensino Secundário (10.º e 11.º ano);
 - Atribuição da Ação Social Escolar aos alunos/as do 1.º Ciclo do Ensino Básico até ao 12.º ano de escolaridade;
 - **Ao nível da Habitação:**
 - Deu-se continuidade à requalificação dos prédios da Tapada da Torre;
 - Foi dada continuidade à execução da Estratégia Local da Habitação, mais concretamente no âmbito da Habitação a custos acessíveis;
 - Foram concluídos os procedimentos com vista ao novo concurso da empreitada dos fogos habitacionais da Fonte da Estrada, (sem concorrentes elegíveis);

- Revisão do projeto com o projetista e o IHRU nomeadamente para ajuste financeiro, (aguarda-se a revisão do protocolo com o IHRU)

o **Outras áreas Sociais:**

- Iniciaram-se as obras da Igreja Matriz, empreitada realizada em parceria com a Fábrica da Igreja;
- No âmbito do SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social) foi realizado o atendimento e acompanhamento de pessoas/famílias em situação de vulnerabilidade ou exclusão social. Este Serviço informa, aconselha e encaminha para respostas sociais adequadas, visando a autonomia, prevenção da pobreza e gestão de emergências sociais;
- Informou-se e procedeu-se ao encaminhamento para intervenção em situações ligadas aos problemas de alcoolismo, toxicodependência, saúde mental, violência doméstica e outros;
- Foram desenvolvidas ações no âmbito da higiene e segurança no trabalho, com enfoque na prevenção de riscos profissionais e na melhoria contínua das condições laborais;
- Organizou-se e foi assegurado o acompanhamento de ações de promoção do desenvolvimento cognitivo, social, afetivo e emocional das crianças e jovens;
- Foi assegurado o atendimento diário aos Munícipes;
- Deu-se continuidade às atividades no âmbito da Loja Social;
- Deu-se continuidade ao apoio à natalidade;
- Foi dada continuidade ao projeto de teleassistência para os idosos;
- Houve continuidade na implementação da prática do voluntariado no Concelho, através do Banco Local de Voluntariado de modo a promover a entreaajuda em vários domínios (social, cultural, desportivo e outros);
- Procedeu-se ao atendimento personalizado às vítimas de violência doméstica no âmbito do Espaço M;
- Deu-se continuidade ao programa *abem* - Rede Solidária do Medicamento;
- Foi garantida continuidade ao trabalho até então desenvolvido no reforço das atividades da Universidade Sénior;
- Foi concluído, em articulação com os restantes parceiros da CIMT o Plano Municipal para a Igualdade;
- Foi realizado o atendimento e acompanhamento de cidadãos beneficiários da prestação social de Rendimento Social de Inserção;

- Foi mantido o apoio ao funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;
- Foi implementado o Programa “Creche Feliz” no âmbito da rede de Creches Gratuitas da Segurança Social.

✓ **No âmbito da Rede Social:**

- Foram dinamizadas parcerias através de Reuniões do Núcleo Executivo e do Conselho Local de Ação Social (CLAS);
- Houve continuidade na análise e avaliação de situações sociais nas reuniões de Núcleo Executivo da Rede Social;
- Foi articulado com as instituições da região no âmbito do Programa Pessoas 2030;
- Promoveram-se atividades no âmbito da Equipa para a Igualdade na Vida Local;
- Foi integrado o projeto “Garantia para a Infância”, com a criação do Núcleo Local da Garantia para a Infância - NLGPI;
- Demos início ao novo projeto de CLDS-5G;
- Deu-se continuidade ao projeto Radar Social;
- Desenvolvemos atividades no âmbito da “Igualdade de género e não discriminação”.

✓ **No âmbito dos Serviços Culturais:**

- Foi realizado o Encontro Internacional de Piano;
- Foram dinamizadas diversas atividades no Centro Cultural;
- Foi assegurada a organização e dinamização das Festas do Concelho;
- Foram dinamizadas diferentes atividades no âmbito do apoio à programação da Direção Geral das Artes;
- Deu-se continuidade aos projetos no âmbito dos “Caminhos Literários” em parceria com os Municípios de Abrantes e Constância.

✓ **No âmbito da Biblioteca:**

- Foi concluída a requalificação do Externato Rainha Santa Isabel, com vista à instalação da nova Biblioteca Municipal, tendo igualmente sido assegurada a aquisição do respetivo equipamento;
- Foram regularmente dinamizadas atividades com vista à promoção do gosto pela leitura e pela produção literária, nomeadamente, encontros com

autores, atividades direcionadas ao público mais jovem, palestras e workshops:

- Foi realizada Semana da Leitura, em articulação com o Agrupamento de Escolas do Sardoal, com atividades lúdico-pedagógicas destinadas aos alunos de todos os níveis de ensino;
- Foi estabelecida uma programação rica e variada para diferentes públicos ao longo do ano, incluindo atividades lúdicas e formativas no âmbito de diferentes literacias (redes sociais, IA, etc.);
- Foi assegurado, em parceria com o Grupo de Trabalho das Bibliotecas Públicas do Médio Tejo no desenvolvimento de projetos intermunicipais, alguns de âmbito internacional (Projeto TELL – Trans-European Learning Libraries, Projetos ERASMUS+ Public L-AI-braries: a capacity building program to foster AI readiness of librarians);
- Deu-se continuidade à dinamização da Rede de Bibliotecas de Sardoal, introduzindo até uma nova iniciativa de promoção e leitura junto das famílias, denominada “Ler fora de portas”;
- Foram realizadas atividades de promoção do livro e da leitura e da produção literária (concursos, palestras, workshops, clube de leitura, encontros com escritores, oferta de livros nas iniciativas Cabaz de Férias e de Natal, etc.) e artística (encontros com artistas e exposições);
- Foram assinaladas e comemoradas diferentes datas com diferentes atividades, nomeadamente exposições (Adeus, Pátria e Família – 25 de Abril; Convenção sobre os Direitos da Criança – 1 de junho).

✓ O **Turismo** assumiu particular relevância na estratégia definida, não só pela valorização do património existente em Sardoal, como também pelo seu contributo para a dinamização da economia local.

- O Município esteve representado no Workshop Internacional Religioso em Fátima;
- Registou-se a participação na Bolsa de Turismo de Lisboa;
- Assinalou-se a participação na celebração do Dia Nacional dos Moinhos;
- Verificou-se a participação no grupo de trabalho da Rede de Museus do Médio Tejo;
- Foi dada continuidade à inserção de conteúdos no Arquivo da Memória;
- Foi assegurada a participação e dinamização do projeto de promoção das Artes e Ofícios no Ribatejo Interior, no âmbito de um projeto da TAGUS, em parceria com os Municípios de Abrantes e Constância;

- Foi lançada uma nova versão do website turismo.cm-sardoal.pt;
- Participação na feira imobiliária internacional MIPIM, em Cannes;
- Participação na Feira Internacional de Turismo do Interior em Valladolid - INTUR
- Realização e apoio a eventos culturais e tradicionais com impacto turístico (Mercado de Natal).

✓ Na área do **Desporto e Recreio**:

- Foi assegurada, em colaboração com a Associação de Municípios da Rota da Estrada Nacional 2, a dinamização e promoção da mesma;
- Foram realizados eventos desportivos, designadamente caminhadas, Corridas da Liberdade e o X Trail Terras do Sardão;
- Participação no Congresso do Desporto, com realização de seminário subordinado ao tema “Desporto e Responsabilidade Social”;
- Foi acolhida a passagem da Volta a Portugal em Bicicleta;
- Foi acolhida a edição 27 do evento motorizado “Portugal de Lés a Lés” da Federação de Motociclismo de Portugal;
- Foi prestado apoio às associações e grupos desportivos na prossecução dos seus planos e necessidades, nomeadamente ao nível financeiro, logístico e técnico;
- Foi apoiada tecnicamente e financeiramente a requalificação do Campo de Futebol de Alcaravela (relvado sintético);
- Foram realizados trabalhos de manutenção e assegurada a dinamização dos diferentes percursos pedestres;
- Foram disponibilizadas as condições necessárias à prática desportiva de lazer no parque desportivo municipal, em particular às associações locais;
- Foram disponibilizadas à população aulas de adaptação ao meio aquático, aprendizagem de natação, hidrosénior, hidroginástica e hidro+;
- Foram realizadas Férias Desportivas.
- Foi garantido o funcionamento da Piscina Descoberta Municipal.

✓ Na área da **Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza**:

- Deu-se continuidade, de forma gratuita, à recolha e encaminhamento de resíduos de construção e demolição (pequenas obras isentas de controlo prévio), equipamentos elétricos, eletrónicos, monos, verdes e óleos alimentares;

- Foi assegurada a participação na gestão do Centro de Recolha Oficial, em parceria com os Municípios de Abrantes e Constância;
- O Município apoiou a constituição de colónias de gatos;
- Foi desenvolvido, juntamente com os Municípios parceiros no Canil/Gatil Intermunicipal (Abrantes e Constância), de campanhas de sensibilização nesta matéria;
- Foram promovidas atividades no âmbito do Programa de Voluntariado Jovem para a Natureza e Florestas do Instituto Português do Desporto e da Juventude;
- Foram acompanhadas as ações de defesa da floresta, incluindo a operacionalização das medidas e da legislação publicada pela Tutela.
- Foi operacionalizado o funcionamento da equipa de Sapadores Florestais sob gestão do Município de Sardoaal.
- No ano em referência há a destacar a estratégia municipal com vista à operacionalização das Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, conforme aprovado pela Tutela;
- No Gabinete Técnico Florestal foi dada continuidade às atividades de acompanhamento, desenvolvimento e execução das ações previstas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), assim como conclusão do processo de elaboração do novo Plano Sub-regional de Ação de Gestão Integrada de Fogos Rurais;
- Foram efetuados trabalhos de manutenção das faixas de gestão de combustível, tanto da rede primária como da rede secundária, de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios Rurais, assim como orientações do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- Continuou-se, em conjunto com a CIMT, a operacionalizar as ações de identificação e destruição de ninhos de Vespa velutina (vespa asiática);
- Deu-se continuidade às ações necessárias para a execução dos projetos “Condomínios de Aldeia”;
- Foi prestado apoio e aconselhamento aos cidadãos que recorreram ao Gabinete Técnico Florestal de Sardoaal.

1.3 Das Funções Económicas

- ✓ Foi dinamizado o espaço Cá da Terra nas suas vertentes de comercialização, promoção e realização de workshops de produtos locais, Exposições relacionadas

com a história e cultura do Concelho e Realização do Mercado de Natal centrado na promoção do Artesanato local;

- ✓ Foi assegurado o funcionamento da Oficina Partilhada para as Artes e Ofícios;
- ✓ Foi assegurada a continuidade do estabelecimento de parcerias e da organização de diversas iniciativas no âmbito do Gabinete de Apoio ao Empresário;
- ✓ Foi dada continuidade às ações do Gabinete de Apoio ao Emigrante, de forma a dar resposta ao crescente número de estrangeiros interessados em instalar-se e investir no território;
- ✓ O Município esteve representado em diversos certames de artesanato, nomeadamente através da TAGUS;
- ✓ Na vertente de **Indústria e Energia**:
 - O Município participou em projetos promovidos pela Médio Tejo 21;
 - Instalação de um circuito de alimentação para carregamento de veículos elétricos no Centro de Saúde;
 - Renovação do sistema de iluminação do Parque Desportivo Municipal com recurso a tecnologia LED;
 - Foram realizados procedimentos e submissão de candidatura para construção de espaço Cowork – “Sardoal Empreende”;
 - Foi efetuada a candidatura de requalificação do Parque Desportivo municipal no âmbito da eficiência energética.
- ✓ Relativamente aos **Transportes e Comunicações**:
 - Foi dada continuidade ao sistema de Transporte a Pedido, em parceria com a CIMT com a implementação do serviço LINK;
 - Foi garantido o serviço público de transportes, em associação ao transporte escolar;
 - Foi concluída a pavimentação nos arruamentos de Pisão e Tojeira;
 - Procedeu-se à repavimentação da Rua Dr. David Serras Pereira;
 - Reparação de diversos caminhos, pontões e passeios em todo o Concelho;
 - Foram colocadas lombas de acalmia de trânsito em Valhascos;
 - Foram concluídos os trabalhos de reparação das passagens hidráulicas na Serra de Alcaravela e Santa Clara.

1.4 Das Outras Funções

- ✓ Foram apoiadas as coletividades no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;
- ✓ Foi dada continuidade ao processo de revisão do Plano Diretor Municipal;
- ✓ Foi dada continuidade ao processo de modernização administrativa dos serviços;
- ✓ Foram realizados o orçamento participativo e o orçamento participativo jovem.

2. Grandes Opções do Plano

No exercício de 2025, a execução anual das **Grandes Opções do Plano (GOP)** apresentou uma taxa de execução de 75%, correspondente a um montante pago de cerca de 4,548 milhões de euros. A despesa faturada ascendeu a aproximadamente 4,881 milhões de euros, traduzindo uma taxa de execução de 81%, evidenciando um nível de concretização superior ao verificado no ano anterior.

A análise por funções permite identificar que a rubrica **“Funções Sociais”** assume o maior peso na estrutura da despesa, com um montante pago de cerca de 1,972 milhões de euros, representando aproximadamente 43% do total. Dentro desta função, destaca-se a área da **“Habitação e Serviços Coletivos”**, com pagamentos na ordem dos 813 mil euros, refletindo a continuidade dos investimentos nesta área, nomeadamente a requalificação dos prédios da Tapada da Torre.

Segue-se a rubrica **“Outras Funções”**, com um montante pago de cerca de 1,340 milhões de euros, correspondendo a cerca de 29% do total. Nesta componente, assume particular relevância a rubrica **“Operações da Dívida Autárquica”**, com pagamentos de aproximadamente 1,077 milhões de euros, refletindo o cumprimento das responsabilidades financeiras associadas à amortização de empréstimos de curto e médio/longo prazo.

A rubrica **“Funções Económicas”** apresenta igualmente um peso relevante, com pagamentos de cerca de 1,132 milhões de euros (25%), destacando-se as áreas dos transportes rodoviários e do comércio e turismo, que absorvem uma parte significativa do investimento realizado. De referir que nesta rubrica, nomeadamente **“Turismo”**, já foi considerado o valor em cerca de 265 mil euros referente à requalificação da Igreja Matriz.

Por sua vez, as **“Funções Gerais”** registaram pagamentos de cerca de 105 mil euros, enquanto a área da **“Educação”**, integrada nas funções sociais, atingiu pagamentos de aproximadamente 266 mil euros, evidenciando níveis de execução mais moderados face a outras áreas.

Em termos de execução, importa ainda salientar o bom desempenho global das GOP, com taxas de execução elevadas tanto ao nível da despesa faturada como dos pagamentos, refletindo uma adequada capacidade de planeamento e concretização dos investimentos previstos.

Em síntese, o exercício de 2025 evidencia um reforço da execução das GOP face ao ano anterior, com destaque para o peso das funções sociais e das operações financeiras, mantendo-se a aposta em áreas estruturantes como a habitação, a mobilidade e o cumprimento das responsabilidades financeiras do Município.

Execução das Grandes Opções do Plano

Descrição	Previsão da Despesa		Faturado		Pagamento	
	Inicial	Final	Valor	%	Valor	%
1 Funções Gerais	413 286,00	176 838,00	131 077,66	74%	104 551,22	59%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública	252 996,00	112 548,00	78 892,86	70%	61 363,39	55%
1.1.1 Administração geral	252 996,00	112 548,00	78 892,86	70%	61 363,39	55%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	160 290,00	64 290,00	52 184,80	81%	43 187,83	67%
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	160 290,00	64 290,00	52 184,80	81%	43 187,83	67%
2 Funções Sociais	7 230 393,00	2 539 495,00	2 168 722,86	85%	1 972 171,07	78%
2.1.0 Educação	1 034 942,00	425 931,00	337 643,29	79%	265 922,40	62%
2.1.1 Ensino não superior	910 153,00	298 760,00	242 793,94	81%	197 486,77	66%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	124 789,00	127 171,00	94 849,35	75%	68 435,63	54%
2.2.0 Saúde	14 292,00	6 160,00	5 099,58	83%	5 099,58	83%
2.3.0 Segurança e Acção Sociais	45 090,00	31 090,00	26 358,31	85%	24 614,17	79%
2.3.2 Acção social	45 090,00	31 090,00	26 358,31	85%	24 614,17	79%
2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos	4 944 049,00	945 523,00	858 359,74	91%	812 819,76	86%
2.4.1 Habitação	4 739 311,00	785 284,00	742 777,30	95%	704 598,64	90%
2.4.2 Ordenamento do território	34 543,00	19 543,00	11 249,78	58%	9 670,53	49%
2.4.3 Saneamento						
2.4.4 Abastecimento de água	1 000,00					
2.4.5 Resíduos sólidos	7 000,00	501,00	500,48	100%	500,48	100%
2.4.6 Protecção do meio ambiente	162 195,00	140 195,00	103 832,18	74%	98 050,11	70%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	1 192 020,00	1 130 791,00	941 261,94	83%	863 715,16	76%
2.5.1 Cultura	984 408,00	952 322,00	824 407,62	87%	748 910,22	79%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	207 612,00	178 469,00	116 854,32	65%	114 804,94	64%
3 Funções Económicas	2 246 789,00	1 636 222,00	1 220 824,55	75%	1 131 632,77	69%
3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e Pesca	363 814,00	116 018,00	82 056,70	71%	68 488,70	59%
3.2.0 Indústria e Energia	18 562,00	1 369,00	1 129,76	83%	1 129,76	83%
3.3.0 Transportes e Comunicações	1 046 386,00	839 886,00	801 998,13	95%	766 117,74	91%
3.3.1 Transportes rodoviários	1 046 386,00	839 886,00	801 998,13	95%	766 117,74	91%
3.4.0 Comércio e Turismo	509 072,00	362 138,00	265 943,17	73%	247 565,06	68%
3.4.1 Mercados e feiras	210 517,00	1 120,00	861,00	77%		
3.4.2 Turismo	298 555,00	361 018,00	265 082,17	73%	247 565,06	69%
3.5.0 Outras funções económicas	308 955,00	316 811,00	69 696,79	22%	48 331,51	15%
4 Outras Funções	906 115,00	1 698 974,00	1 360 083,40	80%	1 339 585,18	79%
4.1.0 Operações da Dívida Autárquica	629 430,00	1 395 289,00	1 077 412,16	77%	1 077 412,16	77%
4.2.0 Transferências entre Administrações	188 809,00	230 809,00	223 905,50	97%	205 231,78	89%
4.3.0 Diversas não especificadas	87 876,00	72 876,00	58 765,74	81%	56 941,24	78%
Total	10 796 583,00	6 051 529,00	4 880 708,47	81%	4 547 940,24	75%

Comparando com o período homólogo, verifica-se que, em 2025, as **Grandes Opções do Plano (GOP)** registaram um aumento de cerca de 1,507 milhões de euros, o que corresponde a uma variação positiva de aproximadamente 50%.

Para este resultado contribuíram, sobretudo, as **Atividades Mais Relevantes (AMR)**, que atingiram o montante de cerca de 2,115 milhões de euros, registando um acréscimo de aproximadamente 262 mil euros face a 2024.

Por sua vez, o **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)** evidenciou um crescimento muito expressivo, aumentando cerca de 1,245 milhões de euros, passando de aproximadamente 1,188 milhões de euros em 2024 para cerca de 2,433 milhões de euros em 2025, assumindo-se como o principal responsável pela variação global verificada.

Ao nível funcional, destaca-se a rubrica **“Habitação e Serviços Coletivos”**, que registou o maior aumento absoluto, na ordem dos 167 mil euros, impulsionado maioritariamente pelo crescimento das componentes associadas ao PPI, mantendo-se residual o contributo das AMR. Este comportamento encontra-se alinhado com a continuidade dos investimentos em curso, nomeadamente no âmbito de projetos habitacionais, neste caso concreto os prédios da Tapada da torre.

De igual modo, a rubrica **“Transportes e Comunicações”** evidenciou um aumento significativo de cerca de 558 mil euros, refletindo um reforço do investimento nesta área, em particular ao nível das infraestruturas rodoviárias, sendo as obras as seguintes:

- Reabilitação de arruamentos e infraestruturas – Tojeira e Pisão – 189 mil euros;
- Reabilitação de Passagens Hidráulicas da E.N.244-3 e Muro de Suporte de Sustentação da Plataforma da E.M.554 – 450 mil euros;
- Pavimentação da Rua Dr. David Serras Pereira – Sardãoal – 91 mil euros;
- Reparação do Pavimento - Rua do Campo Futebol - St.^a Clara – 36 mil euros.

Também as **“Operações da Dívida Autárquica”** registaram um acréscimo relevante de cerca de 161 mil euros, evidenciando um maior volume de amortizações de empréstimos no período em análise.

Em sentido inverso, importa referir algumas rubricas que registaram decréscimos, nomeadamente a **“Agricultura, Silvicultura, Pecuária e Pesca”**, com uma redução de cerca de 29 mil euros, e a **“Indústria e Energia”**, com uma diminuição de cerca de 8 mil euros, ainda que com impacto reduzido no total global.

Em síntese, o aumento verificado nas GOP em 2025 resulta essencialmente do reforço do investimento municipal, refletido no crescimento do PPI, bem como da evolução positiva das AMR, evidenciando uma maior dinâmica na execução dos projetos e atividades planeadas.

Comparação da execução das Grandes Opções do Plano

Descrição	MONTANTE EXECUTADO NO ANO						Δ 2024
	2 024		2 025				
	PPI	AMR	PPI	AMR	TOTAL	Peso	
1 Funções Gerais	83 510,93	18 000,00	88 051,22	16 500,00	104 551,22	2%	3%
1.1.0 Serviços Gerais da Administração Pública	32 413,95		61 363,39		61 363,39	1%	89%
1.1.1 Administração geral	32 413,95		61 363,39		61 363,39	1%	89%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	51 096,98	18 000,00	26 687,83	16 500,00	43 187,83	1%	-37%
1.2.1 Protecção civil e luta contra incêndios	51 096,98	18 000,00	26 687,83	16 500,00	43 187,83	1%	-37%
2 Funções Sociais	746 304,46	631 301,64	1 442 305,23	529 865,84	1 972 171,07	43%	43%
2.1.0 Educação	94 676,42	88 986,21	216 636,63	49 285,77	265 922,40	6%	45%
2.1.1 Ensino não superior	72 107,30		197 486,77		197 486,77	4%	174%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	22 569,12	88 986,21	19 149,86	49 285,77	68 435,63	2%	-39%
2.2.0 Saude	1 791,50		5 099,58		5 099,58	0%	185%
2.3.0 Segurança e Acção Sociais	5 718,16	31 925,00	13 564,17	11 050,00	24 614,17	1%	-35%
2.3.2 Ação social	5 718,16	31 925,00	13 564,17	11 050,00	24 614,17	1%	-35%
2.4.0 Habitação e Serviços Colectivos	582 054,79	63 915,98	727 378,81	85 440,95	812 819,76	18%	26%
2.4.1 Habitação	574 206,13		701 056,24	3 542,40	704 598,64	15%	23%
2.4.2 Ordenamento do território	3 290,83		9 670,53		9 670,53	0%	194%
2.4.3 Saneamento							
2.4.4 Abastecimento de água							
2.4.5 Resíduos sólidos			500,48		500,48	0%	
2.4.6 Protecção do meio ambiente	4 557,83	63 915,98	16 151,56	81 898,55	98 050,11	2%	43%
2.5.0 Serviços Culturais, Recreativos e R	62 063,59	446 474,45	479 626,04	384 089,12	863 715,16	19%	70%
2.5.1 Cultura	56 100,44	388 824,00	414 436,67	334 473,55	748 910,22	16%	68%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	5 963,15	57 650,45	65 189,37	49 615,57	114 804,94	3%	80%
3 Funções Económicas	320 779,09	145 764,50	845 712,61	285 920,16	1 131 632,77	25%	143%
3.1.0 Agricultura, Silvicultura Pecuária e	76 007,11	21 178,80	64 533,02	3 955,68	68 488,70	2%	-30%
3.2.0 Indústria e Energia	9 291,03		1 129,76		1 129,76	0%	-88%
3.3.0 Transportes e Comunicações	207 769,68		766 117,74		766 117,74	17%	269%
3.3.1 Transportes rodoviários	207 769,68		766 117,74		766 117,74	17%	269%
3.4.0 Comércio e Turismo	17 848,27		1 785,84	245 779,22	247 565,06	5%	1287%
3.4.1 Mercados e feiras							
3.4.2 Turismo	17 848,27		1 785,84	245 779,22	247 565,06	5%	1287%
3.5.0 Outras funções económicas	9 863,00	124 585,70	12 146,25	36 185,26	48 331,51	1%	-64%
4 Outras Funções	37 374,66	1 057 537,88	56 941,24	1 282 643,94	1 339 585,18	29%	22%
4.1.0 Operações da Dívida Autárquica		915 700,33		1 077 412,16	1 077 412,16	24%	18%
4.2.0 Transferências entre Administraçõ		141 837,55		205 231,78	205 231,78	5%	45%
4.3.0 Diversas não especificadas	37 374,66		56 941,24		56 941,24	1%	52%
Total	1 187 969,14	1 852 604,02	2 433 010,30	2 114 929,94	4 547 940,24	100%	50%
Diferença 2025 - 2024			1 245 041,16	262 325,92	1 507 367,08		

Município de Sardãoal, 17 abril de 2026

O Órgão Executivo